Nº 163 ABR/2017

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

★PROCESSO DE ELEIÇÕES DIRETAS DO PT - 2017★

tese NACIONAL

A ESPERANÇA É VERMELHA

Brasil Urgente, Lula presidente!

Petistas votarão em 9 de abril

No dia 9 de abril, os filiados e as filiadas ao Partido dos Trabalhadores vão comparecer às urnas em todo o país. É o chamado PED: processo de eleição direta das direções partidárias.

páginas 2 e 3

Sete teses de abril

Começaram a circular as teses ao 6º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. Foram inscritas dez teses, das quais 7 são de autoria de tendências.

páginas 4 a10

¡Saludos, presidente Lenin Moreno!

Petistas votarão em 9 de abril

Foto: Lula Marques

No dia 9 de abril, os filiados e as filiadas ao Partido dos Trabalhadores vão comparecer às urnas em todo o país. É o chamado PED: processo de eleição direta das direções partidárias.

O PT já realizou PED em 2001, 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013. Antes, a eleição das direções era feita nos congressos partidários: os filiados e filiadas compareciam aos encontros de base (zonais e municipais), onde escolhiam direções (o presidente não era eleito à parte) e delegações aos encontros superiores. Nos encontros estaduais, eram eleitas as respectivas direções e as delegações ao encontro nacional, onde se concluía o processo.

Com o PED, o filiado passou a eleger presidente, direção e delegações pelo voto direto. Há quem ache este processo mais democrático. Há quem o critique, inclusive por reproduzir os vícios e problemas dos processos eleitorais tradicionais. Mas até o momento, o grupo atualmente majoritário no diretório nacional do Partido – a chamada "CNB" e seus aliados-- não aceitou mudar este método eleitoral.

Entretanto, frente à derrota sofrida pelo Partido em 2016 e também como reação às críticas, a "CNB" e seus aliados introduziram algumas mudanças nas regras do PED 2017.

A principal destas mudanças foi aprovada ainda em 2015: poderão votar todos os filiados e filiadas que tenham pelo menos 1 ano de partido, sem que seja necessário estar em dia com as contribuições partidárias (exceção feita a quem exerce cargos de direção partidária, parlamentares, cargos executivos eleitos ou em comissão).

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

ISSN 2448-0150-163

Direção Nacional da AE: Adriano de Oliveira/RS, Adriele Manjabosco/RS, Ananda de Carvalho/RS, Ângela Melo/SE, Bruno Elias/DF, Cândida Rossetto/RS, Conceição Maria de Sousa/PI, Damárci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Divonaldo Barbosa/PE, Edivan França/PI, Eduardo Nunes Loureiro/GO, Eleandra Raquel Koch/RS, Eliane Bandeira/RN, Elisa Guaraná de Castro/DF, Emilio Font/ES, Francisco dos Santos/MS, Ismael Cesar/DF, Izabel Cristina da Costa/RJ, Jandyra Uehara Alves/SP, Janine Azevedo/MG, João Luís Lemos/SP, João Paulo Furtado/MG, Júlio Quadros/RS, Laura Paz/RS, Leirson Silva/PA, Lício Lobo/SP, Margarida Calixto/SP, Mariuza Guimarães/MS, Múcio Magalhães/PE, Natália Sena/RN, Olavo Carneiro/RJ, Pamela Kenne/RS, Rafael Tomyama/CE, Raquel Esteves/PE, Renan Brandão/RJ, Rodrigo Cesar/SP, Rosana Ramos/DF, Rubens Alves/DF, Sônia Aparecida Fardin/SP, Tadeu Brito/SE, Ualid Rabbah/PR, Valter Pomar/SP. Comissão de ética: Ana Lídia/SP, Diego Pitirini/RS, Irene dos Santos/SP, Jonatas Moreth/DF. Suplentes da comissão de ética: Giucelia Figueiredo/PB, Wagner Lino/SP

Edição: Adriana Miranda, Natália Sena, Valter Pomar e Emilio C. M. Font **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Acesse: www.pagina13.org.br

Outra mudança: o PED elegerá presidente municipal, direção municipal e delegação estadual. Os congressos estaduais e o congresso nacional serão no "velho estilo".

Os críticos ao novo sistema dizem que sob pelo menos três aspectos ele é pior do que o PED anterior: a) poderá votar no dia 09 de abril quem não contribui financeiramente com o Partido; b) aumentou a chance dos interesses e acertos eleitorais entre dirigentes municipais e estaduais prevalecerem, na hora de compor e eleger chapas, sobre os interesses programáticos e a linha política nacional do Partido; c) diminuiu a quantidade de debates entre as chapas em todos os níveis e o tempo de campanha é muito menor que antes.

Os críticos dizem que há o risco de ocorrer algo que já teria ocorrido em 2013: um grande esforço logístico para fazer votar filiados e filiadas, sem que isto tenha sido acompanhado de esforço pelo menos proporcional para garantir a presença dos filiados e filiadas nos debates.

Ademais, haveria também o risco de – especialmente nos municípios onde há apenas uma chapa disputando --, ocorrer fraude pura e simples: o número de participantes no PED ser um e o número indicado nas atas ser outro.

Abstraindo eventuais fraudes, existe uma questão que só será respondida no dia 9 de abril: que número de petistas vai atender ao chamado do Partido e participar da votação?

Em tese, poderão votar os 1.594.579 filiados e filiadas ao PT. Mas nos PED anteriores, o percentual de aptos que efetivamente compareceu para votar foi de 26% (2001), 38% (2005), 38% (2007), 39% (2009) e 50% (2013).

O número de aptos em cada PED foi o seguinte: 867 mil em 2001, 825 mil em 2005, 849 mil em 2007, 1 milhão 314 mil em 2009, 844 mil em 2013.

O número de votantes em cada PED foi de 228.637 em 2001; 315.342 em 2005; 327.308 em 2007; 520.417 em 2009; 424.090 em 2013.

Ao Partido dos Trabalhadores interessa que haja o maior comparecimento. A mudança nas regras - permitindo o voto de quem não pagou - favorece isto. A mobilização contra o golpe também favorece isto. O desgaste sofrido pelo Partido e o menor número de debates operam em sentido contrário. No dia 9 de abril, descobriremos o que prevalecerá do ponto de vista quantitativo.

E do ponto de vista político? Que setor do Partido vencerá as eleições?

A mudança nas regras torna mais difícil responder esta questão. Entre 2001 e 2013, havia chapas e candidaturas nacionais disputando o voto direto dos filiados e filiadas. Hoje, não é assim.

Há 10 teses nacionais inscritas, mas elas não serão sufragadas pelos filiados e filiadas que vão comparecer dia 9 de abril.

Também há candidaturas à presidência nacional em campanha ou especuladas, mas tampouco elas serão votadas no dia 9 de abril.

Neste dia, os filiados e filiadas vão escolher delegações estaduais, que vão escolher delegações nacionais, que vão eleger a presidência e a direção nacional do Partido.

E não há verticalização. Existem apenas 10 teses nacionais, mas há 121 chapas de delegados/as estaduais. Já nos municípios, ocorre o contrário: em 2952 municípios há só uma chapa disputando o voto dos filiados. Em apenas 339 municípios há duas ou mais chapas.

Portanto, será apenas nos congressos estaduais de 5 a 7 de maio que ficará totalmente clara qual a correlação de forças interna, entre as diferentes posições hoje existentes no Partido.

Além disso, existe a situação política mundial, regional e nacional, que influirá na opinião política de quem saia delegado ou delegada no dia 9 de abril.

No próximo texto, falaremos das teses nacionais inscritas. ★

Sete teses de abril

No dia primeiro de abril de 2017, começaram a circular as teses ao 6º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores.

A primeira versão destas teses foi inscrita no dia 24 de março, a versão final até as 23h59 do dia 31 de março.

Foram inscritas dez teses, das quais 7 são de autoria de tendências, a saber: "A esperança é vermelha: Brasil Urgente, Lula presidente!!!", inscrita pela Articulação de Esquerda; "Unidade pela reconstrução do PT", inscrita por O Trabalho/Diálogo e ação petista; "Avaliar, corrigir rumos e mudar o Brasil", inscrita pelo Movimento PT; "Em defesa do Brasil, em defesa do PT, em defesa de Lula", inscrita pela "Construindo um novo Brasil"; "Por um partido socialista e democrático! Por um governo democrático-popular!", inscrita pela Democracia Socialista/Mensagem ao Partido; "Optei - Em defesa do PT", inscrita pelas tendências Novo Rumo e Esquerda Popular Socialista; "Avante Militância Socialista ao VI Congresso Nacional do PT", inscrita pela Militância Socialista e por Avante XXI (por sua vez, fusão das tendências Avante e Socialismo XXI).

Além das 7 teses inscritas por tendências, há também três outras teses: "Alternativa: Crítica, Autocrítica e Utopia", enfatizando o tema ambiental e inscrita por militantes de diferentes tendências; "Estado de emergência petista", escrita por militantes do Núcleo de Estudos d'O Capital e inscrita graças ao apoio solidário de um membro do Diretório Nacional (a regra prevê que para inscrever uma tese, é necessário pelo menos um integrante do DN); "Lélia Gonzalez - Muda PT com raça e classe", escrita pelo Quilombo Nacional Petista, igualmente inscrita graças ao apoio solidário e enfatizando a luta contra o racismo.

Maiorias e minorias

Tomando como parâmetro o PED de 2013, as 7 teses escritas e inscritas por tendências podem ser classificadas em dois campos.

Três das teses fizeram parte da maioria que venceu o PED de 2013 e elegeu o atual presidente nacional do Partido. Estas três teses são: "Avaliar, corrigir rumos e mudar o Brasil", inscrita pelo Movimento PT; "Em defesa do Brasil, em defesa do PT, em defesa de Lula", inscrita pela "Construindo um novo Brasil"; "Optei - Em defesa do PT", inscrita pelas tendências Novo Rumo e Esquerda Popular Socialista.

Quatro das teses fizeram parte da minoria que perdeu o PED 2013: "A esperança é vermelha Brasil Urgente, Lula presidente!!!", inscrita pela Articulação de Esquerda; "Unidade pela reconstrução do PT", inscrita por O Trabalho/Diálogo e ação petista; "Por um partido socialista e democrático! Por um governo democrático-popular!", inscrita pela Democracia Socialista/Mensagem ao Partido; "Avante Militância Socialista ao VI Congresso Nacional do PT", inscrita pela Militância Socialista e por Avante XXI.

Como fica evidente, tanto a "maioria" quanto a "minoria" de 2013 eram compostas por diversas posições. Para saber como isto evoluiu, é fundamental ler cada uma das teses e analisar o seu conteúdo: que balanço fazem do período 2013-2017, que propostas fazem acerca do programa, estratégia, tática e política de organização partidária.

Construindo um novo Brasil

A tendência que atualmente reúne a maioria de dirigentes, parlamentares e governantes é a "Construindo um novo Brasil". Esta tendência, doravante denominada CNB, inscreveu uma tese de 28 páginas intitulada "Em defesa do Brasil, em defesa do PT, em defesa de Lula". Assinam esta tese a secretária de relações internacionais Mônica Valente, o diretor da Fundação Perseu Abramo Artur Henrique, a responsável pela Escola Nacional do PT Selma Rocha e o secretário nacional de organização Florisvaldo Souza.

A tese abre com um "MANIFESTO DA CNB/PMB", de dezembro de 2016. "CNB" já explicamos o que é. "PMB" é "Partido que Muda o Brasil", nome da chapa lançada pela CNB em 2013. Ao menos no plano simbólico, trata-se de uma reivindicação daquela chapa. Como aquela chapa resultou numa direção que governava o Partido no período em que sofremos duas imensas derrotas – o impeachment e as eleições municipais – seria de esperar que a tese trouxesse algum tipo de balanço crítico e autocrítico sobre a gestão 2013-2017.

Mas a opção é outra: "defender nossa história", "defender nosso legado", "enfrentar o golpe", "avançar na elaboração". A tese fala também em "analisar o momento com coragem, vontade política e dedicação militante". Mas não se faz menção à necessidade de crítica e autocrítica, reconhecimento dos erros e limitações. O que torna difícil compreender por qual motivo, depois de "13 anos de governo fazendo grandes mudanças", sofremos um "golpe parlamentar-jurídico-midiático".

Devido a este lapso analítico, é muito comum os militantes da CNB afirmarem, em debates, que o golpe ocorreu por causa de nossos acertos. Quando é óbvio que o golpe foi contra os nossos acertos, mas só teve êxito graças aos nossos erros. Como os erros não são analisados, há um grande risco de que sejam repetidos.

A primeira vez que – no "manifesto introdutório"—surge a palavra "crítica", ela é posta na boca dos movimentos sociais: "Mesmo com críticas ao

nosso governo, diferentes movimentos reconhecem o caminho aberto por Lula que fez do Brasil um país menos desigual, em direção a um futuro ainda melhor". Cabe refletir por qual motivo o grupo atualmente majoritário no Partido tem tanta dificuldade de olhar para si mesmo, de forma abertamente crítica e autocrítica. O máximo a que chegam é reconhecer que devemos "repensar nosso caminho, fazer um balanço sincero, atualizar nosso programa, transformar nossas práticas e revigorar nosso partido". Palavras light, totamente insuficientes frente a derrota hard que sofremos.

Não se trata, é bom esclarecer, de uma cobrança sobre o passado. O problema é que o texto da CNB parte de um pressuposto real – a situação mudou, o que exige mudanças na nossa política. Mas ao não analisar a política adotada no passado, corremos o risco de fazer uma mudança tática, mantendo a estratégia anterior. Ou seja, o PT corre o risco de fazer o mesmo que fazia o Partido Comunista: oscilava entre uma tática mais radical e uma tática mais moderada, mas sempre ao redor da mesma estratégia. Sendo que o problema fundamental da política adotada pelo velho PC estava na estratégia. Aliás, esta era a opinião dos petistas acerca do PC, nos anos 1980.

De forma similar, entendemos que nossa derrota em 2016 decorre principalmente da estratégia adotada pelo Partido. Foi uma estratégia errada que nos levou a cometer erros táticos. Curiosamente, o "manifesto" que abre a tese da CNB afirma que "o 6º Congresso do PT deve ser um momento especial de aprofundamento desse debate estratégico". A conclusão a que chegamos é que a CNB entende por "debate estratégico" algo diferente daquilo que compreendemos.

Esta diferença de entendimento fica evidente quando lemos a frase que encerra o citado manifesto: "Avançar na elaboração estratégica com o objetivo de construção de uma nação justa e soberana, movida pelos princípios e valores de um socialismo democrático nos planos econômico, ambiental, social, cultural e político, envolvendo a participação da sociedade, especialmente dos trabalhadores e setores populares". Perguntamos: por qual motivo os autores do manifesto não falam em construir uma nação socialista? Porque falam em nação "justa e soberana, movida pelos princípios e valores de um socialismo democrático"? Aí está a diferença fundamental, envolta num linguajar que serve para disfarçar uma diferença de fundo acerca de qual deve ser nosso objetivo estratégico: lutamos por um capitalismo com mais democracia, bem-estar e soberania? Ou lutamos por substituir o capitalismo pelo socialismo?

Balanço

O segundo capítulo do texto da CNB dedica-se ao balanço do período. A primeira parte do balanço fala dos êxitos e sucessos de nossos governos. Na opinião da CNB, erra quem considera que estes êxitos e sucessos foram apenas "reformismo fraco" ou "melhorismo". Na opinião da CNB, "os governos do PT mudaram substancialmente o papel do Estado em relação ao país". Considerando a rapidez com que o governo golpista está alterando aquilo que foi feito, nós consideramos necessário questionar quão substancial – no sentido de profunda, estrutural – teria sido esta mudança.

Em nossa opinião, a tese da CNB doura a pílula. Um exemplo disso é o seguinte parágrafo:

"A aliança simbolizada pela chapa Lula -José Alencar, longe de ser uma submissão das classes trabalhadoras a uma fração da burguesia, foi possível em virtude de um programa profundamente anti-neoliberal, que recolocou o Estado como indutor do desenvolvimento econômico , não apenas através dos incentivos ao mercado interno , mas também e fundamentalmente , através do protagonismo da cadeia produção-consumo-investimento. Foi explorando as contradições entre parte do setor produtivo nacional, simbolizado pelo empresário do setor têxtil José Alencar, e o capitalismo internacional hegemonizado pelo rentismo e pelas transnacionais, que foi construída a chapa Lula- José de Alencar, um operário na presidência da república e um empresário nacional na vice, e não o contrário".

A "narrativa" proposta pelo parágrafo acima pode, na melhor das hipóteses, descrever quais foram as intenções da aliança realizada em 2002. Mas a "narrativa" não descreve as contradições reais do processo, especialmente no primeiro governo Lula e nos governos Dilma. Nada é dito sobre a política monetária desenvolvida por Meirelles e Palocci. Nada é dito sobre a taxa de juros. Nada é dito sobre as concessões ao capital financeiro, denunciadas inclusive pelo próprio Alencar. Nada é dito sobre a primarização e a desindustrialização.

A CNB está preocupada em deixar claro que não praticou uma *"submissão das classes trabalhadoras a uma fração da burguesia"*. **Mas é óbvio que não.** Se tivesse havido uma "submissão", talvez o golpe não fosse necessário. A questão é outra: houve conciliação. E esta conciliação de classe é a principal causa dos nossos erros, que permitiram que o golpe fosse vitorioso. E permitem que os golpistas consigam, com rapidez, reverter os êxitos de nossos governos.

Ao não compreender isto, o texto da CNB se converte numa lista de progra-

mas exitosos. O que só reforça o paradoxo: se nossa trajetória foi um êxito, por qual motivo terminou em uma derrota?

Temos diferenças quanto ao que é dito, mas nossa principal divergência não reside na análise dos programas caso-a-caso. Nossa divergência tampouco diz respeito à avaliação global do que foi feito. Nossa divergência reside na discussão daquilo que não foi feito e dos motivos pelos quais não foi feito. Por qual motivo escolhemos conciliar com o capital financeiro, conciliar com o oligopólio da mídia, conciliar com os militares, conciliar com...

Nos chama especial atenção, na lista de êxitos apresentada pela tese da CNB, um item que fala o seguinte:

"A gestão do Estado nos governos do PT foi profundamente alterada a partir da política de participação social, com conferencias e conselhos com amplo debate e participação dos movimentos sociais, para a formulação de políticas dominada secularmente por setores tecnocratas de elite encastelados no aparelho de estado."

Este item é um resumo perfeito da concepção que criticamos. Se fosse verdade que a gestão do Estado "foi profundamente alterada", o golpe não teria ocorrido. Pois todo mundo sabe que um dos tentáculos do golpismo foi uma parte do aparelho de Estado, especialmente o Ministério Público, a Polícia Federal e a Justiça Federal, apoiadas amplamente pela alta burocracia do Estado.

O problema é que a tese da CNB quer fazer propaganda dos êxitos, não quer fazer análise dos erros estratégicos cometidos. E um dos principais erros estratégicos foi, exatamente, não enfrentar estruturalmente o tema do Estado, que exigiria uma Assembleia Constituinte.

É compreensível que – frente ao desmonte praticado pelos golpistas – nosso Partido deva realizar uma defesa dos programas implementados por nós. E é quase inevitável que, ao fazer esta defesa, exageremos os êxitos e relativizemos os problemas destes programas, caso-a-caso. Entretanto, insistimos, o problema fundamental não está aí. O problema fundamental está em não perceber que a soma de políticas públicas exitosas não resolveu, e não poderia resolver, o problema estratégico, a saber: a relação de forças entre as classes sociais. Esta relação de forças só seria alterada se ocorressem **reformas estruturais**.

Portanto, em nossa opinião, a principal questão que nosso balanço deve responder é por qual motivo nossos governos não realizaram reformas estruturais. Foi porque não quiseram? Foi porque não puderam? Foi porque não tiveram tempo de fazer? Em nossa opinião, a estratégia adotada não previa, não incluia, não considerava realmente a realização de reformas estruturais.

As reformas estruturais tornaram-se ainda mais distantes quando, no primeiro governo Lula, a dupla Palocci-Meirelles implementou uma política monetária pró-capital financeiro. Frente a este imenso "bode na sala", a maioria do Partido considerou que seria um grande êxito se pudéssemos pelo menos fazer políticas públicas de "inspiração anti-neoliberal". O problema estratégico é que, ao nos limitarmos às políticas públicas, ao não fazermos reformas estruturais, provocamos a reação das elites, sem termos os meios de enfrentar esta reação. O texto da CNB concorda com a primeira parte deste raciocínio, mas não fala da segunda parte. Descreve os motivos que levaram as elites a dar o golpe, mas não compreende os motivos que levaram o golpe a ser vitorioso. É o que fica claro no item a seguir:

"Por tudo isso, nossos adversários de classe resolveram organizar de forma contundente e articulada o Golpe que sofremos em 2016. Ao fortalecermos a esfera pública da economia, articulando empresas estatais, instituições financeiras e fundos públicos e governo federal, o estado brasileiro passou a ser o condutor da economia e do crescimento nacional, contrariando os interesses do rentismo e dos setores econômicos brasileiros vinculados aos interesses das transnacionais e empresas petrolíferas estrangeiras, em pleno ambiente de crise econômica mundial. Como diz o Presidente Lula: sofremos o golpe muito mais pelos nossos acertos do que pelos nossos erros."

O parágrafo acima chama de "adversários" aqueles que de fato são nossos inimigos. Não se trata de um ato falho, mas sim de uma concepção. Aceita esta concepção, não faz sentido substituir o capitalismo pelo socialismo, perde importância falar em revolução e rupturas estruturais. O problema principal desta concepção reside em algo simples: a recíproca não é verdadeira. A classe dominante não considera que a esquerda seja "adversária".

É por isto que um setor importante de nosso Partido não acreditava que o golpe fosse possível. Tinha a ilusão de que a classe dominante havia superado as posturas vigentes na época da "guerra fria". Imaginava que se o socialismo não estivesse posto na ordem do dia, o lado de lá não agiria de maneira golpista, reacionária.

Este debate não diz respeito ao passado. Se voltarmos ao governo, agiremos da mesma forma que antes? Ou buscaremos fazer reformas estruturais, não apenas para melhorar radicalmente a vida do povo, mas também para debilitar o poder da classe dominante?

O texto da CNB trata deste assunto, ao tratar dos erros que teríamos come-

tido. Resumimos a seguir o que é dito a respeito:

"(...) não criamos alternativas por exemplo à extinção da CPMF em 2007 ... Implementamos uma política de desonerações da folha de pagamento sem a devida coordenação com a política industrial em curso... a opção por um ajuste ortodoxo no início de 2015"... "do ponto de vista das reformas democráticas do estado, como a Reforma Política e a Democratização dos Meios de Comunicação, não tiveram sua importância adequadamente dimensionadas pelo nosso governo, nossas bancadas e nosso partido. Não priorizamos a necessária Reforma do Estado, acreditando num suposto republicanismo como se não soubéssemos que as instituições de estado são compostas e permeadas pelas contradições de classe da sociedade brasileira"... "Ainda que , analisada de maneira aprofundada, nunca tenhamos tido uma correlação de forças suficiente na sociedade brasileira que garantisse a aprovação dessas importantes reformas, era necessário que o conjunto do Partido, das Bancadas e do Governo tivéssemos lançado à sociedade brasileira essas propostas de reformas , a fim de fazer o debate e a disputa de hegemonia na sociedade brasileira. Como dissemos no 5o. Congresso, Salvador 2015, essas reformas estruturais eram determinantes para a continuidade de nosso programa democrático-popular. Além disso, a não priorização do embate da Reforma Política refletiu a acomodação do Partido como um todo ao funcionamento político-partidário eleitoral com base no financiamento empresarial (...)".

Em nossa opinião, a frase essencial é a seguinte: *"**Ainda que** , analisada de maneira aprofundada, nunca tenhamos tido uma correlação de forças suficiente na sociedade brasileira que garantisse a aprovação dessas importantes reformas"*.

Esta frase é a "desculpa perfeita". É óbvio que ao não tentarmos fazer as reformas, não tentamos alterar a correlação de forças e, portanto, a correlação de forças continuou insuficiente. OK, mas por quais motivos não tentamos fazer as reformas estruturais? Se não respondermos a esta questão, nos comportaremos como aquele "engenheiro de obra desfeita", segundo a qual a obra caiu porque foi construída em terreno inadequado, deixando sem responder porque catsus se escolheu um terreno inadequado para construir o edifício.

O texto da CNB dá várias pistas a respeito, mas não aprofunda nenhuma delas. As pistas são: "um suposto republicanismo", "era necessário ... fazer ... a disputa de hegemonia", "a acomodação do Partido como um todo ao funcionamento político-partidário eleitoral com base no financiamento empresarial". O que não é dito, mas está na base da acomodação, do republicanismo e da não-disputa de hegemonia: a estratégia de conciliação de classe, a saber, a crença de que a classe dominante seria nossa "adversária".

Conjuntura internacional

A "CNB" possui diversos quadros com vasta experiência internacional. Surpreende, neste sentido, que sua tese abra o capítulo a respeito afirmando que "a análise da conjuntura internacional visa identificar como os fatos a serem mencionados se relacionam com a conjuntura nacional e de que forma incidem sobre nossa realidade, nossos problemas e nossa ação internacional".

Claro que a tese da CNB está correta ao dizer que a "conjuntura internacional é modesta em termos de boas notícias", que "más notícias não faltam". Mas ao reduzir a questão internacional a "fatos a serem mencionados", a tese minimiza a análise e as implicações estratégicas de dois grandes processos: a crise do capitalismo e a ascensão do populismo de direita. Estas implicações estratégicas são, por um lado, a tendência do capitalismo a provocar crises ainda mais profundas, inclusive guerras; e, por outro lado, a necessidade da classe trabalhadora contrapor, a barbárie capitalista, uma alternativa socialista.

Ao não incluir esta perspectiva em sua análise, a tese da CNB limita-se a uma descrição (mais ou menos acertada) dos fatos, concluindo com a proposta de uma "agenda comum dos partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos", que inclui: a defesa de um amplo processo de integração regional; a defesa de uma nova ordem internacional de caráter multilateral; a defesa de políticas ambientais mundiais que busquem uma relação harmoniosa entre os seres humanos e a natureza; a defesa dos processos democráticos da região latino americana.

Só não inclui a ***defesa do socialismo***. A pergunta é: se vivemos uma crise do capitalismo, mas não defendemos o socialismo como alternativa, quando defenderemos?

A verdade é que a CNB não aplica, nesta questão, nem mesmo aquilo que ela diz no capítulo de balanço, a saber: ***mesmo que não haja uma correlação de forças suficiente, seria necessário lançar essa proposta, a fim de fazer o debate e a disputa de hegemonia***.

Situação nacional

Em nossa opinião, a principal afirmação do texto da CNB é a seguinte: "não obstante o empenho do governo Dilma por se aproximar do setor produtivo desde 2012 com a chamada Nova Matriz Econômica , os ganhos no mercado financeiro têm se mostrado determinantes. Isso porque os lucros financeiros no Brasil são extraordinariamente maiores que os lucros produtivos".

Infelizmente, o texto não tira desta afirmação a única conclusão possível:

o grande capital brasileiro, inclusive aquele supostamente dedicado a atividades produtivas, não está disponível para uma aliança anti-neoliberal, porque retira grande parte de seus lucros da atividade especulativa financeira.

Essa conclusão tem profundas implicações sobre nosso programa, nossa estratégia e nossa política de alianças. O grande capital tem claro quais são estas implicações. Por exemplo: para eles um programa antineoliberal equivale a um programa socialista. Pois afetar a especulação financeira os afeta de conjunto. Portanto, é uma ilusão achar que – ao não falarmos de socialismo, ao não falarmos de reformas estruturais, ao nos limitarmos a ampliar as políticas públicas, o bem-estar social e o desenvolvimento – reduziremos a reação do lado de lá.

Infelizmente, o texto da CNB não tira estas conclusões. Percebe o problema, mas não tira daí as devidas conclusões programáticas e estratégicas. Em decorrência, constata alguns paradoxos – a captura das manifestações de 2013 pela direita, a eleição de Dilma acompanhada do mais reacionário parlamento – sem compreender que na base destes paradoxos está uma contradição de fundo, entre os pressupostos da estratégia adotada pelo Partido versus a postura do grande empresariado capitalista.

A estratégia adotada pelo Partido desde 1995 pressupunha a possibilidade de transformar a realidade brasileira através de políticas públicas implementadas por governos eleitos, nos marcos da legalidade constitucional de 1988, oferecendo à classe dominante uma "troca": ampliar o bem-estar do povo através da ampliação do mercado interno e de um desenvolvimento que, por outro lado, ampliaria os lucros do capital.

Esta estratégia em que todas ganhariam baseava-se num pressuposto equivocado: a de que o capitalismo brasileiro seria capaz de conviver de maneira mais ou menos duradoura com o crescente bem-estar social das camadas populares. Acontece que não há e nunca houve condições para isto no Brasil. Aqui o capitalismo chegou tardiamente, como produto de importação. Aqui a rentabilidade capitalista deriva da combinação entre associação subalterna com o capital internacional e super-exploração da força de trabalho doméstica. Aqui, portanto, o espaço para soberania, bem-estar e democracia é muito limitado.

Portanto, embora em tese haja espaço para um amplo desenvolvimento capitalista no Brasil -- via ampliação do mercado interno, na prática os capitalistas recusam, inviabilizam e limitam esta possibilidade, porque a ampliação do mercado interno implica em aumentar a renda da classe trabalhadora muito mais do que eles estão dispostos a aceitar, tendo em vista a taxa de lucro que pretendem.

Compreender isto conduz a adotar um programa de transformações que dará mais ênfase ao papel do Estado, combinando capitalismo de Estado com políticas de tipo socialista; conduz a adotar uma política de alianças que considere que o empresariado capitalista é nosso inimigo estratégico; e conduz a adotar uma estratégia que considere que não haverá políticas públicas nem reformas estruturais, se não houver um Estado popular que as garanta.

Na ausência desta compreensão sobre o pano de fundo, a análise das causas do golpe e das perspectivas do golpismo converte-se numa narrativa de fatos e numa descrição de opções táticas mais ou menos acertadas. Deixando sem resposta, nem análise, a incômoda questão das alianças com o PMDB – afinal, Temer é vice porque nosso Partido, majoritariamente, aceitou que ele fosse.

Como já apontamos antes, a tese da CNB tem uma maneira de abordar e de compreender o tema da estratégia, maneira distinta da nossa. Vejamos a passagem a seguir:

"O aprofundamento da crise tem relação, também, com a situação paradoxal de o PT e o governo não terem logrado construir hegemonia de seu projeto político na sociedade como apontaram, a seu tempo, os 3º e 5 º Congressos. Contribuíram decisivamente para isso a não realização da reforma política; a insuficiência de políticas que barrassem a financeirização da economia (dificultando a sustentabilidade das medidas para ampliar a industrialização) ; a não democratização dos meios de comunicação, a não realização da reforma tributária e da reforma do Estado, em função de não termos conseguido conquistar maioria no Congresso Nacional para aprová-las. Somam-se à não realização das reformas estruturais a incapacidade de nosso partido em dialogar com a sociedade em razão de nosso funcionamento, fortemente aprisionado às dinâmicas eleitorais externas e internas e consequente afastamento da organização da lutas sociais; o rebaixamento, ou mesmo abandono, em algumas circunstâncias, de nosso programa em função dos ditames do marketing político ou das questões relativas à governabilidade tanto nos executivos quanto nos parlamentos; os dilemas das relações entre partido e governo dentre os quais talvez o mais importante tenha sido o dificuldade do PT em exercer sua autonomia relativa e crítica visando preservar seu programa e projeto estratégico."

Tudo ou quase tudo é verdade. Mas há um detalhe: para que um "projeto político" se torne hegemônico, é preciso não apenas que ele exista, mas também que ele seja contra-hegemônico.

Ou seja: contra o capitalismo realmente existente, uma alternativa de natureza socialista; a burguesia é nossa inimiga, não apenas adversária; é preciso derrotar o oligopólio financeiro e transnacional privado; é preciso construir o poder popular e conquistar o poder de Estado. Acontece que a estratégia adotada pelo PT não partia desses e de outros pressupostos. Por decorrência, fomos capazes de vencer eleições, fomos capazes de melhorar a vida do povo, fomos capazes de ampliar a democracia, a soberania e a integração, mas não fomos capazes de "construir hegemonia" ao ponto de viabilizar transformações estruturais, nem mesmo de manter os espaços de poder conquistados.

Enquanto o Partido não compreender isto, continuaremos achando "paradoxal" que façamos quase tudo certo e ao final dê quase tudo errado. Tal compreensão, é certo, exigirá uma análise das classes e da luta de classes na sociedade brasileira. A esse respeito, nos chama a atenção que a tese da CNB assuma o uso da categoria "classe média", sem fazer sobre isto uma análise acerca da insistência com que a presidenta Dilma se propôs em fazer do Brasil um "país de classe média".

Em nossa opinião, a defesa de um "país de classe média" é o abandono definitivo do programa socialista. Pois uma coisa é defender que a classe trabalhadora tenha um alto padrão de vida. Outra coisa é defender como modelo de sociedade aquele baseado na existência de uma "classe média" e, portanto, de pelo menos duas outras classes, uma "acima" e outra "abaixo", maneira torta de falar que se defende um país capitalista, em que pelo menos uma parte da classe trabalhadora tenha acesso ao bem estar social.

O programa

O texto da CNB apresenta um "programa nacional de mudanças para o Brasil", que seriam "alternativas" frente ao "programa neoliberal dos golpistas", partindo do "compromisso, dos valores e formulações construídas pelo PT em relação ao socialismo democrático", um "Projeto Democrático Popular".

Para tanto, a CNB diz que devemos "reconhecer e compreender a dinâmica da globalização capitalista, especialmente no que se refere as conseqüências na redivisão internacional do trabalho e aos padrões atuais de financeirização e concentração do capital. É preciso contribuir para a reflexão de um número cada vez maior de pessoas acerca das dinâmicas do capitalismo brasileiro, e dos diferentes interesses de classe e projetos políticos para o País". Isto é perfeito, mas a CNB não informa qual a conclusão que tira disto. A impressão que fica da leitura do texto é que a CNB percebe que as chances de compatibilizar capitalismo com bem-estar, democracia e soberania estão cada vez menores, mas não tira dai nenhuma conclusão para o presente.

Como decorrência, o programa lista uma série de medidas, com as quais estamos no geral de acordo, até porque no essencial vão no mesmo sentido do programa escrito por Celso Daniel e aprovado no encontro de Recife em 2001. Mas estamos em 2017, não em 2001. Fomos governo e fomos golpeados. Sendo assim, torna-se necessário falar claramente em revogação das medidas golpistas; falar em Assembleia Nacional Constituinte; falar como se fará desde o primeiro dia de governo a "democratização da comunicação"; sem falar de medidas mais amplas contra o domínio da economia brasileira pelas transnacionais e pelo oligopólio financeiro.

Na ausência disto, o programa apresentado pela CNB é insuficiente.

O Partido

A parte final do texto da CNB discute "um Partido como o PT". Segundo a tese, "trata-se, portanto, de forjar uma terceira fase na nossa forma de organizar e mobilizar a sociedade que é diferente do período de construção dos sonhos, e que é diferente do período de conquistas e de realização de direitos, mas que traz o ônus da frustação [de] conquistas não alcançadas e que arrastou consigo uma parte da esperança da militância. Diante deste cenário, a pergunta que devemos responder é: o que o PT precisa fazer agora para entusiasmar sua militância e a sociedade?"

O primeiro passo, segundo a tese, é "não abrir mão da radicalidade democrática e da participação do conjunto de filiados e filiadas e combater a ideia de que o Partido dos Trabalhadores precisa ser mais estreito e "enxuto"."

De fato, esta tem sido quase uma obsessão da CNB, desde 2001, quando se aprovou pela primeira vez o PED: ampliar. Trata-se de uma justa obsessão, afinal não queremos ser minoria, queremos ser maioria. O problema é que a abordagem que a CNB faz do assunto é, digamos, aritmética. Não leva em conta dois aspectos do problema, sem os quais podemos ser maioria sem ter hegemonia.

O primeiro aspecto é: antes de "entusiasmar a sociedade", devemos nos preocupar em "entusiasmar" a classe trabalhadora. O segundo aspecto é: a classe trabalhadora já é maioria social, mas para se converter em maioria política ela precisa se conscientizar, se organizar e se mobilizar. Motivo pelo qual a ampliação do Partido precisa ser feita com critérios e método.

A tese da CNB não enfrenta algo que todo mundo – inclusive os integrantes da CNB – sabem e percebem: entre 2003 e 2016, nosso crescimento adotou critérios e métodos que afetaram a natureza do nosso Partido. Sem reconhecer isto, sem fazer a crítica disto, a rei-

teração de que precisamos ampliar nos conduzirá, na melhor das hipóteses, aos mesmos erros do passado.

A tese da CNB reconhece "problemas e desvios que devem ser combatidos e superados", mas não aprofunda quais seriam. Na verdade, o reconhecimento dos problemas serve apenas como muleta retórica para defender que não devemos "nunca diminuir a participação da nossa base". Quando o que se critica são determinadas formas de participação da nossa base, formas que em nossa opinião estimulam problemas e desvios.

No lugar desta reflexão, a tese da CNB propõe uma lista de ações práticas. A forma como a CNB lista o que deve ser feito nos conduz a perguntar: sendo tão óbvias as tarefas, por quais motivos não foram realizadas? E, por outro lado, nos conduz a acreditar que os problemas organizativos do Partido serão resolvidos por uma boa "administração", um bom gerenciamento interno, um conjunto de mudanças de funcionamento e organograma.

Um exemplo cabal desta visão minimalista e reducionista de tratar o problema organizativo está na seguinte frase: "Hoje grande parte das dificuldades que encontramos na juventude reside na pouca comunicação e na ausência de compreensão das novas linguagens tanto nos centros, como nas periferias".

É assustador constatar que o grupo atualmente majoritário no Partido não compreende que nossas dificuldades organizativas são a síntese de nossas dificuldades políticas e exigem, para sua superação, uma transformação profunda nas nossas concepções, não apenas pequenas reformas burocráticas.

Registre-se que -- salvo desatenção nossa ao ler a tese da CNB -- nela não se faz nenhuma autocrítica prática em relação ao seguinte fato: desde 1995 até 2017, uma única tendência controlou a tesouraria do Partido. Autocrítica prática em relação a isso seria, por exemplo, a adoção da direção compartilhada desta secretaria. A inexistência desta proposta ou similar combina-se, é bom dizer, com uma reflexão insuficiente da CNB sobre o tema da corrupção, que em nossa opinião precisa ir além do desmascaramento da Operação Lava Jato e da hipocrisia das elites.

Finalmente

Em síntese: se a tese proposta pela Construindo um novo Brasil for aprovada pelo 6º Congresso Nacional do PT, teremos mais do mesmo.

Com mais do mesmo, seremos capazes de derrotar a direita, reconquistar o apoio da classe trabalhadora e enfrentar os novos desafios da luta de classes? Estamos seguros de que não.

Nos próximos textos desta série, analisaremos outras 6 teses de autoria de tendências.

E voltaremos a analisar as perspectivas do PED de 9 de abril, dando continuidade ao texto Petistas votarão em 9 de abril, disponível no endereço www.pagina13.org.br/ ★

Relação de teses

1) A esperança é vermelha Brasil Urgente, Lula presidente!!!
Bruno Elias, Jandyra Uehara, Adriano Oliveira, Rosana Ramos, Júlio Quadros, Iriny Lopes e Valter Pomar.
https://drive.google.com/file/d/0B0G7xt6c8047aTl2Sk1BX1J0S3M/view?usp=drivesdk

2) Unidade pela reconstrução do PT.
Markus Sokol
https://drive.google.com/file/d/0B0G7xt6c8047b3NKVXp2a3Zzd3M/view?usp=drivesdk

3) Avaliar, corrigir rumos e mudar o Brasil.
Romenio Pereira, Antônio Carlos Biffi, Flora Isabel
https://drive.google.com/file/d/0B0G7xt6c8047a3pMX0ZlenFhTzA/view?usp=drivesdk

4) Em defesa do Brasil, em defesa do PT, em defesa de Lula
Mônica Valente, Artur Henrique, Selma Rocha, Florisvaldo Souza
https://drive.google.com/file/d/0B0G7xt6c8047Q05uUG1YeGRLZ1U/view?usp=drivesdk

5) Por um partido socialista e democrático! Por um governo democrático-popular!
Margarida Salomão, Paulo Teixeira, Carlos Henrique Árabe
https://drive.google.com/file/d/0B0G7xt6c8047WTd2dmJNU3ZTSmM/view?usp=drivesdk

6) Optei - Em defesa do PT
Sheila Oliveira, José Américo Dias e Juliana Cardoso
https://drive.google.com/file/d/0B0G7xt6c8047UE5LWFUxbXgydGc/view?usp=drivesdk

7) Alternativa: Crítica, Autocrítica e Utopia
Gilney Amorim Viana, Elói Alfredo Pietá, Sérgio Zimke
https://drive.google.com/file/d/0B0G7xt6c8047cDVVVnJJNWFVYU0/view?usp=drivesdk

8) Avante Militância Socialista ao VI Congresso Nacional do PT
Renato Simões, Maria do Rosário, Marco Maia
https://drive.google.com/file/d/0B0G7xt6c8047VFptdHhWajE0dTA/view?usp=drivesdk

Por decisão da COE NACIONAL foram também admitidas as teses:

9) Estado de emergência petista
Núcleo de Estudos d'O Capital (Vilson Oliveira)
https://drive.google.com/file/d/0B0G7xt6c8047MzRENkJRMEZOemM/view?usp=drivesdk

10) Lélia Gonzalez - Muda PT com raça e classe
Quilombo Nacional Petista (Liliane Oliveira)
https://drive.google.com/file/d/0B0G7xt6c8047bW5aOHJPcUJjbTQ/view?usp=drivesdkd/0B0G7xt6c8047WTd2dmJNU3ZTSmM/view?usp=drivesdk

A esperança é vermelha Brasil Urgente, Lula presidente!!!

Esta é a tese apresentada pela tendência petista Articulação de Esquerda ao 6º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Av. Paulista, SP, 15 de março de 2017. Foto: Ricardo Stuckert

A inauguração popular da transposição do rio São Francisco, o Dia Nacional de Mobilização e Paralisação contra o fim da aposentadoria, o Dia Internacional da Mulher e as manifestações de 31 de março são os exemplos mais recentes a confirmar qual é o nosso caminho: a mobilização da classe trabalhadora brasileira em defesa dos direitos ameaçados pelo golpismo, a greve geral convocada para 28 de abril, a luta pelo Fora Temer e por Diretas Já, a conquista de um novo governo encabeçado pelo presidente Lula, acumulando forças para um Brasil democrático-popular e socialista.

Não é um caminho fácil. O Brasil vive uma profunda crise econômica, social e política. A principal causa desta crise é a ação das forças golpistas, que desde 2011 até hoje implementam uma ofensiva contra Dilma e Lula, contra o PT e o conjunto da esquerda política e social, contra os avanços ocorridos no país a partir de 2003, contra os dispositivos sociais da Constituição de 1988, contra a Petrobrás e contra a Consolidação das Leis do Trabalho, contra os direitos do povo, contra as liberdades democráticas, contra a soberania nacional, contra a integração regional e contra nossa participação nos BRICS.

Não vivemos tempos fáceis para quem defende a democracia, o bem estar social, a soberania nacional e o socialismo. A crise no Brasil coincide com a ofensiva da direita na América Latina e Caribe, com o crescimento do populismo de direita na Europa e nos Estados Unidos, com a crise econômica mundial e com as ameaças de guerra. Nestes tempos, só há uma saída para a classe trabalhadora: a organização, a mobilização e a luta. Nestes tempos, só há um lugar para o Partido dos Trabalhadores: com a classe trabalhadora e a maioria do povo brasileiro. Razão de ser de sua criação e existência.

A ESPERANÇA É VERMELHA
PT
Brasil Urgente, Lula presidente!

A nosso favor, um fato cada vez mais evidente: o governo golpista de Temer é frágil e impopular. Mas o golpismo vai muito além do usurpador: tem apoio do grande empresariado, dos grandes meios de comunicação, da cúpula do judiciário e da alta burocracia de Estado, dos partidos de direita, da maioria do Congresso Nacional –como se viu na votação da "terceirização". A crescente insatisfação popular, alimentada pelo envolvimento dos golpistas com todo tipo de corrupção, leva aqueles setores a discutirem alternativas, entre as quais substituir Temer por um presidente eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, adotar o parlamentarismo e impedir Lula de dispu-

tar a próxima eleição presidencial.

Contra o golpismo, contra o governo ilegítimo e também contra todo tipo de "golpe dentro do golpe", nossas respostas são:

Nenhum direito a menos: organização, mobilização e luta da classe trabalhadora, combinando lutas setoriais com a greve geral, para defender os direitos ameaçados pelo programa golpista. Esta é a principal tarefa da Frente Brasil Popular e de outras organizações, da Central Única dos Trabalhadores e de outras centrais sindicais, da Central de Movimentos Populares e de outras organizações populares, do Movimento Sem Terra e demais movimentos camponeses, da UNE, UBES e todas as entidades estudantis e de juventude, das organizações de mulheres, negros e negras, LGBT e povos indígenas;

Fora Temer, Diretas Já: não reconhecemos a legitimidade do governo golpista. Defendemos a antecipação imediata das eleições presidenciais. As medidas golpistas devem ser revogadas pelo governo legitimamente eleito;

Brasil urgente, Lula Presidente: início imediato de uma mobilização nacional para que Lula volte a governar o Brasil, sustentado por uma frente popular vertebrada pelos partidos de esquerda e pelos movimentos sociais, apresentando um programa de emergência para tirar o país da crise, revogando as medidas do governo golpista e implementando um programa de reformas estruturais.

No período 2017-2018 não ocorrerá o mesmo que ocorreu em 2001-2002. Prevalece na classe dominante a disposição de não permitir uma novo governo encabeçado por uma presidência petista. Apesar disto, o agravamento da crise política, social e econômica tende a produzir defecções e cisões no bloco golpista. Mas não se deve conferir a estas defecções um sentido estratégico. Como se viu entre 2003-2016, os diferentes setores da classe dominante não têm compromisso com um projeto de transformação social, não importando se através de reformas estruturais radicais ou através de políticas públicas gradualistas. Por outro lado, aprendemos com a experiência de governar o Brasil: não basta melhorar a vida do povo através de políticas públicas. É preciso fazer reformas estruturais. Reformas que não serão apoiadas por nenhum setor da classe dominante Por tudo isso, nosso caminho para vencer e para governar depende de recuperarmos nosso apoio junto à classe trabalhadora, através da mobilização e da luta por um programa claramente de esquerda, numa demarcação política e simbólica muito forte com o golpismo, com o neoliberalismo e demais projetos conservadores, para que a classe trabalhadora – especialmente os setores críticos e descontentes conosco -- perceba claramente as diferenças e se organize para defender as mudanças profundas que o Brasil necessita. Por tudo isto, podemos e devemos aproveitar as divergências existentes e que venham a surgir no interior do golpismo, mas sem nenhum tipo de ilusão ou concessão que prejudique nosso esforço principal: conquistar, dar coesão, colocar em movimento e luta a classe trabalhadora e as maiorias populares.

É possível derrotar e derrubar o governo golpista. É possível antecipar e vencer as eleições presidenciais. Mas nosso Partido e a esquerda brasileira não devem minimizar as dificuldades. Os golpistas usarão todos os meios -- luta ideológica, luta política, repressão -- contra a esquerda, para implementar o programa da "ponte para o futuro" e, principalmente, na operação de cerco e aniquilamento que movem contra Lula e o PT. O objetivo dos golpistas é vencer as eleições presidenciais de 2018, tentando assim legitimar o golpe e criar as condições para um longo período de hegemonia das forças reacionárias.

Por estas razões, os anos de 2017 e 2018 são fundamentais. Nesta janela de tempo, podemos obter uma importante vitória tática -- derrotar e derrubar o golpismo, disputar e vencer com Lula as eleições presidenciais, criando as condições para retomarmos a ofensiva por um Brasil democrático-popular e socialista. Daí a importância de combinarmos, num só movimento, a luta em defesa dos direitos, o Fora Temer, as diretas já e a campanha Brasil Urgente, Lula presidente.

A candidatura, a campanha, a eleição e um novo governo de Lula são parte fundamental deste movimento. Motivo pelo qual os golpistas farão de tudo para impedir que Lula possa ser candidato, possa fazer campanha, possa vencer, possa tomar posse e possa governar. Não devemos descartar, por exemplo, manobras como a eleição indireta de um substituto para Temer e/ou a adoção do parlamentarismo. A campanha Lula, neste sentido, é também um instrumento importante para garantir a realização, o quanto antes, das próximas eleições diretas presidenciais. O crescimento do apoio à candidatura de Lula é, além disso, um fator que inibirá quem deseje interditar sua candidatura através de algum casuísmo jurídico.

Entretanto, o Partido e a esquerda brasileira precisam ter claro que a campanha, a eleição e um novo governo Lula não resolverão -- por si só – lacunas programáticas que ficaram evidentes entre 2003 e 2016. Entre estas lacunas, destacamos a necessidade de uma Assembleia Constituinte, de derrotar a ditadura do capital financeiro sobre a economia nacional, de quebrar o oligopólio da mídia, de realizar uma reforma tributária e demais reformas estruturais. Tais lacunas poderão serão preenchidas apenas se houver um alto nível de consciência, organização e mobilização popular e de esquerda; e se mudarmos a relação entre o governo, a mobilização popular, o legislativo, o judiciário e os meios de comunicação.

Este é o maior desafio do 6º Congresso do Partido dos Trabalhadores: realizar um 6º Congresso Nacional capaz de analisar o cenário internacional e nacional, fazer o balanço dos governos nacionais petistas, formular uma nova estratégia política e um novo programa, alterar o funcionamento do PT e nossa organização partidária, precisar nossa tática frente ao governo golpista e em defesa dos direitos do povo

Inauguração popular da transposição do rio São Franscisco, Monteiro, PB. Foto: Ricardo Stuckert

brasileiro, nossa relação com os diferentes setores democráticos, populares e de esquerda. Uma orientação estratégica capaz de apontar novos caminhos para derrotar a direita, para recuperar o apoio da classe trabalhadora, para atuar na nova situação criada no país, na América Latina e no mundo. Uma orientação estratégica que explique porquê um governo eleito em condições tão difíceis precisa ser capaz de fazer mudanças mais profundas do que as feitas entre 2003-2016; e apontar como isto pode e deve ser feito. Noutras palavras, o 6 Congresso do Partido dos Trabalhadores precisa ser capaz de apontar qual campanha Lula e qual Partido dos Trabalhadores são necessários neste momento histórico.

Ao realizar o 6º Congresso, o conjunto do PT e dos petistas tem plena consciência de suas responsabilidades. Assim como fomos depositários de imensas esperanças, também fomos causa de imensas frustrações. O debate congressual é momento de separar o joio do trigo, combinar crítica e autocrítica, reconhecer nossos erros e reafirmar nossos acertos. A análise crítica da experiência dos últimos anos e décadas serve tanto para corrigir os erros quanto para aperfeiçoar e aprofundar os nossos acertos. Certamente haverá, entre nossos inimigos e adversários, quem buscará se aproveitar desta ou daquela frase para atacar nosso Partido. Não importa: quem está seguro da justeza de sua luta, não teme a autocrítica. Ademais, reconhecer os erros e ajustar contas com práticas e concepções errôneas é, para um partido de esquerda, um processo de aprendizagem coletiva, algo que devemos à classe trabalhadora, ao povo brasileiro, às gerações que lutaram antes de nós e especialmente às que virão.

O 6º Congresso do PT não é um ponto final; é uma etapa importante do processo que levará a classe trabalhadora, as forças populares, democráticas e de esquerda, a governar novamente o Brasil e a fazer disto um ponto de apoio de nosso caminho para o poder. Aos amigos que dizem que "passou o tempo do PT", respondemos com paciência: se isto fosse verdade, a classe dominante brasileira não teria como a maior de suas prioridades atacar e tentar destruir nosso Partido. Aos inimigos que pretendem nos destruir, contestamos com vigor: como de outras vezes, a esquerda brasileira saberá dar a volta por cima e retornar mais forte e comprometida com a luta por uma sociedade sem opressão nem exploração, o socialismo.

Defender o povo e derrotar o governo golpista

O golpe de 31 de agosto de 2016 não foi contra Dilma, nem contra o PT: foi contra o povo brasileiro. Prova disto é que o golpismo ataca salários e direitos; agride e ameaça as liberdades e conquistas democráticas; além de subordinar a política externa brasileira aos Estados Unidos,

nos afastando da integração regional e dos BRICS.

Os golpistas tentam anular os aspectos positivos da Constituição de 1988, em especial o ensino público e gratuito em todos os níveis, o Sistema Único de Saúde (SUS), a Assistência Social e a Previdência Social e Universal. Querem privatizar a Petrobrás e entregar as reservas do Pré-Sal de mão beijada para petrolíferas estrangeiras. Pretendem destruir os avanços econômicos, políticos, sociais e culturais iniciados em 2003. Com a reforma trabalhista, tentam até mesmo desmontar a legislação social que vem dos anos 1940. Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 (ex-PEC 241 e 55), querem congelar por duas décadas o investimento social, impedindo qualquer tipo de política de distribuição de renda e bem-estar através de políticas públicas.

O golpismo repercute nos programas de ajuste e repressão adotados por governos estaduais e municipais, na atividade legislativa nos três níveis, na ação de diversos instrumentos e aparatos estatais e paraestatais, com destaque para os parlamentos, as polícias, o judiciário e os meios de comunicação.

O golpismo produz efeitos no plano das ideias, da cultura, da comunicação, da educação e da religiosidade, num sentido reacionário que está presente também em outras regiões do mundo. O golpismo ataca a classe trabalhadora e o conjunto dos setores populares, as mulheres, a juventude, os negros e as negras, os aposentados, as LGBTs e os povos indígenas. Determinadas regiões do país e determinadas categorias são atingidas primeiro e mais duramente. Entre as principais vítimas estão as mulheres, não apenas no plano econômico e social, mas nos direitos básicos, inclusive no direito à vida.

Os golpistas não se iludiram com os resultados das eleições municipais de 2016. Sabem que sua política de recessão gera um crescente descontentamento popular. Para retardar, enfraquecer e tentar impedir que este descontentamento produza uma alternativa de governo, os golpistas dobram a aposta na política de repressão. É neste contexto que ocorrem os ataques aos Sem Terra e Sem Teto, os ataques contra a juventude que ocupa escolas, os ataques ao movimento sindical, ao PT e a Lula. Alguns destes ataques não são feitos apenas por aparatos estatais: em vários casos, registra-se a presença de grupos de direita, alguns com composição predominantemente juvenil e com características paramilitares. Estas ações e o entorno ideológico constituem um dos sinais de que há um clima crescente de "fascistização" na sociedade, que deve ser enfrentado com todas as energias. Não se derrota o fascismo com bons modos!

A criminalização da esquerda é, no fundamental, um prolongamento da criminalização da pobreza, dos negros, das periferias. Neste sentido, o que alguns denominam de "Estado de exceção" é o "Estado realmente existente" para grande parte da população brasileira. Para o atual governo federal e seus aliados, a ques-

tão social voltou a ser “caso de polícia”. A repressão é um pressuposto e uma decorrência do regresso às políticas neoliberais claras e duras. Nosso Partido deve perceber que esta repressão utiliza, como ponto de apoio, o fortalecimento de determinadas corporações de Estado, medidas como a “lei antiterrorismo”, além de certas concepções acerca da judicialização, da penalização e da “república” que foram adotadas por nossos governos.

Vivemos uma situação semelhante à dos anos 1990: lutamos contra uma ofensiva neoliberal. Mas, semelhanças a parte, a situação é diferente em vários sentidos. O principal deles é que o capitalismo brasileiro e o capitalismo internacional não são os mesmos dos anos 1990, tendo ocorrido mudanças importantes na estrutura de classes do Brasil, assim como na dinâmica do capitalismo global. Além disso, depois dos anos 1990 nós vencemos quatro eleições presidenciais seguidas e tivemos uma experiência de governo, o que mudou a percepção da classe trabalhadora a respeito do PT e da esquerda. Por fim, a classe dominante também aprendeu com nossa experiência. Num resumo: os conflitos serão mais rápidos e mais profundos do que antes.

Por todos estes motivos, não basta elaborar um novo programa, uma nova estratégia e táticas adequadas. É preciso mudar o padrão de conduta e organização do nosso Partido dos Trabalhadores. A situação exige, mais do que nunca, uma esquerda socialista e de massas, enraizada na classe trabalhadora, disposta a ser ao mesmo tempo alternativa de governo e de poder, com maior consistência ideológica, capacidade de comunicação, organização e disposição de luta.

A situação mundial

A elaboração da estratégia do PT deve levar em conta as principais características do atual cenário mundial: as crises, as guerras e a instabilidade generalizada. Estas características decorrem de um conjunto de fatores, surgidos em diferentes momentos da história recente, mas que hoje se conjugam na composição do cenário internacional.

Citamos entre estes fatores: a) a hegemonia sem precedentes do capitalismo no mundo, que nunca foi tão capitalista quanto é hoje; b) a natureza do capitalismo contemporâneo, altamente financeirizado e confirmando a tendência à concentração e centralização do capital; c) a profunda e duradoura crise do capitalismo, cujas causas não foram superadas, pelo contrário; d) o declínio relativo da potência hegemônica, os EUA, que perderam peso econômico, vivem uma crise interna de grandes proporções e tem sua hegemonia crescentemente contestada; e) a ascensão de outros polos de poder, produzindo uma situação mundial crescentemente multipolar, o que não significa necessariamente um mundo pacífico; f) a formação de blocos, acordos e tratados, sintomas de desarranjo e crise, não de ordem e estabilidade; g) a disputa entre diferentes vias de desenvolvimento capitalista, cabendo às alternativas socialistas uma pequena influência, pois estão mais fracas do que já foram antes; h) a defensiva estratégica da classe trabalhadora, com o aumento das taxas de exploração, redução na remuneração, piora nas condições de trabalho e reversão de direitos sociais.

As políticas neoliberais, hegemônicas em âmbito mundial desde os anos 1990, não foram interrompidas com a crise de 2008. Os grandes estados capitalistas fizeram uma profunda intervenção estatal, mas seu objetivo foi salvar o grande capital, sem alterar o padrão de acumulação. Este tipo de intervenção estatal impediu o colapso, mas às custas de uma ampliação da polarização social e política, assim como do aprofundamento das agressões imperialistas do consórcio formado pelos Estados Unidos, União Europeia e Japão contra a soberania nacional dos países economicamente mais frágeis. Estas agressões geram reações e alternativas de diferentes tipos e conteúdos. É o caso dos BRICS; dos governos progressistas e de esquerda na América Latina; das lutas políticas e sociais impulsionadas por forças de esquerda que atuam na Europa, África, Ásia e Estados Unidos. Mas também surgem respostas reacionárias, como o fundamentalismo terrorista e o populismo de direita, este último personificado em Donald Trump. Na Europa, fascistas, neonazistas e ultraconservadores ampliam sua força eleitoral. O neoliberalismo, o fundamentalismo terrorista e o populismo de direita conduzem, por diferentes caminhos, ao agravamento da instabilidade, das crises e das guerras.

Clamam no deserto aqueles que pretendem civilizar e humanizar o capitalismo e os capitalistas, tentando convencê-los de que poderiam lucrar mais se todos viverem melhor. Só as forças de esquerda, populares e democráticas têm condições de deter a contraofensiva reacionária que empurra o mundo para crises cada vez maiores e nos ameaça com guerras cada vez mais destrutivas. Para isto será preciso que a classe trabalhadora e seus representantes políticos percam todas as ilusões de que será possível defender o bem-estar social, as liberdades democráticas, a soberania nacional e uma nova ordem mundial, sem impor uma derrota profunda às forças capitalistas e a seus representantes políticos, sem oferecer uma alternativa global nova e radical.

Em 2008, a crise econômica teve como epicentro os Estados Unidos. Hoje, a crise política mundial também tem seu epicentro lá. A eleição de Donald Trump é um símbolo dos tempos em que vivemos no cenário internacional, que possui semelhanças inquietantes com o que ocorreu na crise dos anos 1930 e período entre guerras (1914-1945). Como naqueles tempos, não existe caminho do meio. As políticas de “ganha-ganha” são possíveis apenas quando tanto os de baixo quanto os de cima têm mais paciência que medo, mas principalmente quando há crescimento econômico que torne factível redistribuir renda. Mas quando não há crescimento econômico, quando há decrescimento, a luta é por fatias de um bolo que está diminuindo de tamanho. Então se estabelece uma luta pela expropriação, o medo

toma conta e se fecham os “caminhos do meio”. Tampouco existe reforma pelo alto capaz de resolver a situação atual. As forças que causam a crise e que se beneficiam dela são as mesmas que dominam o poder político, econômico, militar e ideológico nos Estados Unidos. É por isto que as ações práticas do governo dos EUA ampliam a crise. A dinâmica da crise mundial é mais poderosa e tende a empurrá-los em direção à guerra.

A situação regional

A partir de 1998, teve início na América Latina e Caribe um ciclo de governos progressistas e de esquerda que, malgrado suas debilidades e diferenças, apontava no sentido da ampliação do bem-estar e da igualdade social, ampliação das liberdades democráticas, da soberania nacional e integração regional.

Até a crise internacional de 2008, os governos progressistas e de esquerda vinham conseguindo avançar, contornando seus limites, contradições e erros. Contudo, depois da crise ocorreu uma deterioração das condições políticas, econômicas e sociais, abrindo uma fase de contraofensiva reacionária que em vários países vem derrotando os governos progressistas e de esquerda, colocando na defensiva as forças sociais e partidárias vinculadas à classe trabalhadora e afetando instituições como o Mercosul, a Unasul e a Celac. Aonde a direita voltou ao governo – como na Argentina e no Brasil --, assiste-se a um retrocesso social, econômico e político, bem como a um giro na política externa, que volta a ser subalterna aos interesses dos EUA.

A esquerda latino-americana e caribenha está convocada a deter a ofensiva reacionária, reconquistar os espaços perdidos, alcançar novas vitórias, criar as condições para que a Unasul e a Celac voltem a ter protagonismo no cenário internacional, em favor da paz e de outra ordem internacional. Frente a uma nova situação estratégica, a esquerda da região está chamada, também, a produzir uma nova estratégia, que continuará a ter na integração da América Latina e do Caribe um de seus componentes centrais, acentuará sua natureza anti-imperialista e socialista. Afinal, vista de conjunto, a situação internacional torna ainda mais imprescindível e urgente nossa luta pelo socialismo. Não apenas pelos motivos já citados, mas também pelos impactos cada vez mais catastróficos que o capitalismo vem provocando em nosso planeta, com consequências que afetam terrivelmente as condições de vida da classe trabalhadora, a natureza e o conjunto da humanidade.

Um programa democrático, popular e socialista

Paradoxalmente, a mesma situação internacional que favoreceu o golpe, não ajuda os intentos do governo golpista, que defende um neoliberalismo radical e um alinhamento carnal com os EUA, num momento em que isto produz muitos ônus e não produz os "bônus" que beneficiaram o primeiro mandato tucano (como, por exemplo, o grande volume de recursos atraídos pelas privatizações daquela época, recursos que foram essenciais para a tão badalada "estabilidade monetária", com efeitos deletérios que se fizeram sentir ao final do primeiro mandato e durante todo o segundo mandato de FHC). Os golpistas já perceberam que o cenário internacional não é o que esperavam, a começar pelo resultado das eleições presidenciais dos EUA. Mas até agora sua reação vem sendo a de insistir na "ponte para o futuro", radicalizar programaticamente, anunciando e buscando promover retrocessos, solapar direitos e alienar nossa soberania, numa profundidade e numa velocidade em certo sentido maiores do que o ocorrido na primeira onda neoliberal (1990-2002).

Neste contexto, o Partido dos Trabalhadores está convocado a retomar e atualizar as diretrizes estratégicas e programáticas afirmadas por nosso 5º Encontro Nacional (1987): articular luta pelo governo e luta pelo poder; articular luta social, luta institucional, luta cultural e organização; articular a luta por políticas públicas, reformas estruturais e socialismo.

Chegamos à presidência da República em 1 de janeiro de 2003 e dela fomos definitivamente afastados em 31 de agosto de 2016. Mas precisamos ter clara a diferença entre governo e poder. O máximo que a esquerda e a classe trabalhadora brasileira conquistaram foi o governo nacional, e mesmo assim com muitas limitações. O poder continuou concentrado em mãos da mesma classe social: o grande empresariado capitalista. Sabendo disto, devemos deixar claro que disputar eleições e conquistar governos continua sendo necessário, mas as chances de êxito serão maiores ou menores, a depender das forças que a classe trabalhadora acumule nos demais espaços e instituições onde se trava a luta e o exercício do poder: judiciário, burocracia de Estado, segurança pública e defesa, controle da economia, meios de comunicação, educação e cultura, auto-organização do povo.

Hoje, a classe dominante brasileira busca implementar um conjunto de medidas estruturais que visam impedir que a esquerda brasileira possa voltar a governar o país. Isto inclui a interdição do PT e o parlamentarismo, mas também inclui alterações na Constituição que, se efetivadas, impedirão que um eventual governo de esquerda tenha meios institucionais para fazer não apenas mudanças, mas até mesmo políticas públicas voltadas às maiorias populares.

Sendo assim, há duas alternativas possíveis para uma esquerda que deseja ganhar eleições e governar o Brasil: ou aceitar as limitações; ou criar as condições para subverter estas limitações e tornar possível o que hoje pode parecer impossível de fazer. Frente a esta disjuntiva, o PT reafirma que seu objetivo permanente é transformar profundamente as condições de vida da classe trabalhadora e da maioria explorada do povo brasileiro. Portanto, ao chegarmos novamente ao governo, começaremos de imediato a transformar as condições de vida da classe trabalhadora ainda nos marcos do capitalismo. Mas como nosso objetivo é transformar pro-

fundamente as condições de vida da classe trabalhadora, se fará necessário superar o capitalismo através da construção do socialismo.

Construir o socialismo exige que a classe trabalhadora construa – ela própria -- a consciência, a organização, a capacidade de mobilização e o poder político que se fazem necessários para derrotar a classe que hoje domina a sociedade brasileira e seus aliados internacionais. E isto só ocorrerá se, desde já, formos capazes de apresentar e construir alternativas de tipo socialista para os problemas do cotidiano. Se a esquerda pretende de fato construir o socialismo, ela precisa desde já convencer a maioria da classe trabalhadora e do povo de que as soluções que apresentamos para os problemas do cotidiano são superiores àquelas orientadas por uma lógica capitalista, visam um horizonte mais amplo que o imediato.

Para tanto, o programa do PT deve abordar os temas do bem-estar social, da democracia e da soberania nacional e sintetizar as mudanças estruturais que queremos fazer no Brasil em benefício da classe trabalhadora e da maioria do povo brasileiro; uma abordagem e mudanças que devem ser vertebradas pelos interesses da maioria e não da minoria; pelo bem-estar e não pelo lucro; pelo público e não pelo privado; pelo Estado e não pelo mercado; pelo social e não pelo individualismo; por um horizonte socialista e não capitalista. O programa do Partido aponta um conjunto de transformações que, partindo da realidade atual, levando em conta a correlação de forças e o nível de consciência do povo, acumula forças desde já num sentido socialista. Afinal, a classe trabalhadora produz as riquezas do Brasil. Portanto, ela tem o direito de decidir o que produzir, como produzir e como distribuir a riqueza gerada por ela. Nosso Partido está comprometido com melhorar a vida do povo aqui e agora; e o fazemos desde já na perspectiva de ir muito além disto: queremos transformar tão profundamente as condições de vida da classe trabalhadora, da maioria do povo brasileiro, que consideramos necessário superar o capitalismo e construir o socialismo. Por isto não nos contentamos em "administrar o capitalismo".

Desde 1983 até hoje, no terreno municipal, estadual e nacional, acumulamos uma rica experiência em termos de políticas públicas que resultaram em melhoria na capacidade produtiva do país e nas condições de vida do povo, no terreno material, cultural e político, por exemplo em áreas como a educação, saúde, cultura, esporte, transporte, habitação, energia, água, saneamento, emprego e distribuição de renda. Vistas de conjunto, estas políticas públicas tiveram contra si: a) um orçamento limitado, b) um crescimento econômico insuficiente e instável; c) uma estrutura econômica e social concentradora de renda e riqueza, além de estruturas de poder geralmente conservadoras, em âmbito nacional e mundial. Além disso, há que considerar os efeitos da crise internacional do capitalismo, que vem desde 2008.

Um caso que deixa isto muito claro é o do sistema único de saúde (SUS), criado pela Constituição de 1988. O SUS sempre foi subfinanciado. Seus efeitos positivos foram sempre parcialmente neutralizados ou anulados pela dinâmica econômica. Ademais, uma parte do investimento público no SUS sempre foi capturada pelo setor privado. Em decorrência disto, uma excelente política pública não consegue produzir todos os efeitos sistêmicos de que é potencialmente capaz. Situação que a direita manipula em favor da privatização, do mercado de "planos de saúde" e das tentativas de criar um "sus-para-pobres", no lugar de uma política universal. Raciocínio similar pode ser feito no terreno das políticas de habitação popular, encarecidas pela especulação imobiliária e pela atitude das construtoras; ou no terreno das políticas de fomento à produção de alimentos, que sofrem a concorrência do agronegócio de exportação.

Portanto, seja para tornar realmente universais as políticas públicas, seja para evitar que os efeitos positivos destas políticas sejam neutralizados pelas estruturas conservadoras ou por crescimentos insuficientes e/ou instáveis, é necessário combinar políticas públicas com reformas estruturais: políticas que alteram a distribuição da riqueza e do poder entre as classes sociais. Entre estas reformas estruturais, citamos:

A reforma tributária, que inclui medidas como a tributação de juros sobre capital próprio; a tributação sobre lucros e dividendos; a taxação sobre remessa de lucros e dividendos ao exterior; a extensão do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para barcos e aviões; a adoção de Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF); a revisão da tabela do imposto de renda sobre pessoas físicas, com aumento do piso de isenção e ampliação progressiva das faixas de contribuição; o aumento do imposto sobre doações e grandes heranças, com repactuação do valor arrecadado entre União, estados e municípios.

A reforma financeira, que inclui medidas como aauditoria e redução do serviço da dívida, juros compatíveis com crescimento e geração de empregos, lei antitruste financeiro, eliminação dos monopólios nacionais privados, fortalecimento dos bancos públicos, cooperativos e regionais, a autonomia do Banco Central frente ao oligopólio financeiro.

A reforma agrária, que inclui medidas como a adoção de regime progressivo para o Imposto Territorial Rural para propriedades improdutivas; a redefinição dos índices de produtividade para fins de reforma agrária; a proibição da venda de terras para estrangeiros; o estabelecimento de limites regionais para a propriedade agrária e o agronegócio; o fortalecimento da agricultura familiar e das cooperativas agroindustriais como vertentes principais para a conquista de autossuficiência e soberania alimentar; a defesa dos direitos e heranças dos povos originários; a aprovação de um novo código de proteção ambiental.

A soberania energética, que inclui me-

didas como a recomposição do regime de partilha, com a participação obrigatória da Petrobras nas explorações do pré-sal; a criação do Sistema Nacional de Energia, com o controle estatal sobre todas as distintas empresas do setor. Retomada do modelo de partilha do pré-sal e uma Petrobrás 100% a serviço dos interesses públicos.

A constituição de um estado de bem-estar social, através da ampliação dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, incluindo medidas como a revogação da PEC 55/EC 95 e de outras medidas adotadas pelo governo golpista que assumiu depois de 31 de agosto de 2016; o reestabelecimento do comprometimento constitucional mínimo com saúde e educação; a aprovação da Consolidação de Leis Sociais, constitucionalizando o direito à renda mínima e outros benefícios; a constitucionalização da lei de valorização do salário mínimo; a redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas (medida que além de tudo contribuirá para a geração de empregos).

A reforma política, que inclui a adoção do voto em lista partidária, a proibição de coligações proporcionais, a criação de federações partidárias, o financiamento público das campanhas eleitorais, o autofinanciamento dos partidos políticos, a possibilidade de referendo revogatório para cargos executivos (substituindo o mecanismo doimpeachment), a possibilidade de convocação, pelo presidente da República ou por 10% do eleitorado, de plebiscitos impositivos.

A democratização da mídia, que inclui medidas como: a proibição de propriedade cruzada e de propriedade de meios por parlamentares, governantes ou familiares até segundo grau; a criação de um Fundo em Defesa da Liberdade de Imprensa, com um percentual da receita publicitária das televisões aberta e fechada, além das rádios, para estimular novos meios de comunicação; a cláusula de objeção por consciência em todas as redações; a criação de um Conselho Social de Comunicação, que autoriza e renova licenças para emissoras de rádio e TV, retirando essa prerrogativa do parlamento; a criação do direito gratuito de antena na TV aberta e nas rádios.

A reforma do sistema de justiça e segurança, que inclui medidas como a instituição de mandatos limitados para ministros da Suprema Corte, do STJ, do TST e desembargadores dos TRFs e TJs; a democratização dos mecanismos de escolha para os tribunais; a desmilitarização das PMs estaduais e unificação com a polícia judiciária; a reformulação do Sistema Nacional Penitenciário, com a incorporação de todas as prisões e casas de detenção a um modelo único de gestão.

O fortalecimento do papel do Estado como financiador, indutor, regulador, planejador e – através das empresas estatais -- executor direto. Ao Estado cabe coordenar e/ou executar um conjunto de medidas que tornem possível a ampliação do nível cultural, científico, tecnológico e da produtividade de toda a sociedade brasileira; integrando o local, o estadual, o nacional, o continental e o mundial; possibilitando economia de escala, articulando cadeias produtivas e garantindo retaguarda estratégica.

A reindustrialização nacional, combinando ampliação do mercado de massa de bens de consumo privado; ampliação do acesso a bens públicos como saúde, educação, cultura, habitação e transporte; e políticas de desenvolvimento regional e integração continental. Reconstrução de uma indústria forte e tecnologicamente avançada, liberta dos monopólios e oligopólios privados. Forte participação estatal no financiamento, na produção, na pesquisa e na formação de quadros, especialmente de cientistas e engenheiros. Regular a iniciativa privada, em favor de um plano de desenvolvimento que beneficie a maioria do povo, com taxas de crescimento compatíveis com a absorção dos desempregados e dos que entram a cada ano no mercado de trabalho.

Imensa ampliação da participação e da auto-organização da classe trabalhadora, conquistando maioria nos parlamentos e governos, exercendo as liberdades democráticas, desenvolvendo uma ativa política de comunicação, construindo outro tipo de política e de Estado, outra política de segurança pública e de Defesa, outra política de educação e cultura, e implementando uma luta sem tréguas contra a corrupção. Criar as condições para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

O programa do PT, conforme resumido acima, visa implementar um desenvolvimentismo democrático, popular e socialista ambientalmente orientado, centrado na soberania alimentar e sobre nossos recursos naturais; na sustentabilidade, preservando as florestas, a biodiversidade, as fontes de água; e na produção do espaço social, incorporando os serviços ambientais no planejamento das cidades e na reforma urbana. Melhorar as condições de vida do povo brasileiro, de maneira profunda, acelerada e sustentável, exige superar o controle que os capitalistas mantêm sobre nossa sociedade, a começar por nossa economia. Queremos voltar a elevar, de maneira acelerada e sustentável, todos os indicadores sociais, naturais e individuais. Não queremos ser um país de classe média. Queremos ser um país onde a classe trabalhadora tenha altos níveis de vida material, cultural e política. Será necessário tempo, muito esforço, muita criatividade e muita luta para atingir estes objetivos. Tarefas que estão postas desde agora, no enfrentamento do governo golpista.

Um programa de emergência

O Partido dos Trabalhadores luta pelo socialismo e por reformas estruturais. Ao mesmo tempo, apresenta um programa de emergência, destinado a enfrentar e superar no curto prazo a caótica situação econômica e social criada pelos golpistas, assim como destinado a criar as condições para enfrentar os grandes problemas políticos do presente e do futuro imediato. Este programa de emergência, articulado com o programa de reformas estrutu-

rais detalhado anteriormente, inclui dentre outras medidas:

- Revogação da Emenda Constitucional 95 (que limita o crescimento dos gastos públicos por vinte anos), da Lei 4567/16 (que desobriga a Petrobras de ser operadora em todos os blocos do pré-sal) e de todas as medidas de caráter antipopular, antinacional e antidemocrático aprovadas durante o governo usurpador.

- Recriação do MDA, prioridade para a agricultura familiar e distribuição de terras para trabalhadores acampados. Proibição da venda de qualquer bem da natureza ao capital estrangeiro. Retomada da política externa independente, altiva e soberana.

- Criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego - financiado pelo uso parcial das reservas internacionais, pela queda das despesas financeiras e pela reorganização do sistema nacional de impostos - que destine 100 bilhões anuais para obras de infraestrutura, saneamento, habitação, renovação energética e mobilidade urbana. Reorganização do Programa Minha Casa, Minha Vida, com expansão da construção de moradias populares e um plano de financiamento a longo prazo para reformas e melhorias residenciais. Expansão e barateamento do crédito para produção e consumo, em movimento comandado pelos bancos públicos e lastreado pela redução dos depósitos compulsórios. Reajuste de 20% do Bolsa Família, entre outras medidas de expansão dos gastos sociais.

- Recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), estabelecendo arrecadação compartilhada com estados e municípios. Tributação de juros sobre capital próprio, com a revogação do benefício fiscal previsto na lei 9249/1995, que permite a dedução de despesas financeiras da base de cálculo tributário das empresas, por conta de créditos aportados pelos próprios acionistas. Tributação sobre lucros e dividendos, eliminando isenção de Imposto de Renda sobre pessoas físicas e jurídicas, também prevista pela lei 9249/1995, na declaração de benefícios auferidos por suas participações acionárias. Adoção de regime progressivo para o Imposto Territorial Rural sobre propriedades improdutivas. Extensão do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para barcos e aviões. Adoção do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), com alíquota anual variável entre 0,5% e 1% sobre os detentores de patrimônio líquido superior a oito mil vezes o limite de isenção previsto no Imposto de Renda para Pessoa Física do período arrecadatório. Revisão da tabela do imposto de renda sobre pessoas físicas, com aumento do piso de isenção e ampliação progressiva das faixas de contribuição. Aumento do imposto sobre doações e grandes heranças, com repactuação do valor arrecadado entre União, estados e municípios. Fim da isenção de contribuição previdenciária dos exportadores agrícolas e das entidades filantrópicas que cobram por prestação de serviços. Revisão da Lei Kandir, com adoção de regras tributárias que gravem a exportação de bens e serviços.

- Realização de plebiscito para convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana. Reforma política. Democratização da mídia, com adoção de legislação que proíba a propriedade monopolista de meios e expanda as oportunidades de expressão para todos os setores sociais.

Uma tática para resistir e voltar à ofensiva

A tarefa número 1 do PT e de qualquer pessoa ou organização de esquerda é participar da defesa dos direitos do povo e da luta contra o governo golpista; denunciar o golpe e chamar o Fora Temer; fazer dura oposição ao governo usurpador; defender as liberdades democráticas e os direitos sociais da classe trabalhadora, da juventude, das mulheres; lutar contra o racismo, contra a LGBTfobia, em defesa dos indígenas e dos direitos humanos. O êxito nesta luta está diretamente vinculado ao grau de unidade das forças democráticas, populares e de esquerda. A Frente Brasil Popular (FBP) deve ser fortalecida e ampliada, assim como deve seguir cooperando com iniciativas como a Frente Povo Sem Medo.

A partir da Frente Brasil Popular, devemos construir uma frente mais ampla, em defesa das liberdades democráticas, da soberania nacional e do desenvolvimento. Mas não se deve confundir a necessidade de atrair forças de centro, com o erro de subordinar a esquerda ao centro.

A construção da FBP faz parte do esforço para construir uma coligação eleitoral que dispute as eleições de 2018. Estas iniciativas devem convergir, mas para isso é preciso diferenciar o que é uma frente política e social para fazer lutas do que são coligações eleitorais. A confusão entre uma e outra, bem como a subordinação do social ao eleitoral, são erros que não devem se repetir.

A cada ataque contra Lula, mais se torna evidente que as forças golpistas querem impedir que o PT dispute com chances de vitória a presidência da República. Os golpistas temem que Lula possa vencer as eleições. O PT se empenhará para viabilizar a candidatura de Lula e para que ela seja adotada por outros partidos e setores democráticos, populares e socialistas. Parte importante deste empenho passa por envolver, desde o início, o maior número possível de partidos, movimentos e personalidades engajados na luta contra o golpismo, na construção da plataforma programática que será defendida nas eleições de 2018.

As eleições de 2018 são uma batalha fundamental. Para os golpistas, será a chance de conseguir o que não conseguiram em 2014. Para os setores progressistas, será o momento de reafirmar as liberdades ameaçadas. Para os setores de esquerda, será o momento de retomar o governo e a perspectiva de transformação do Brasil. Para o PT, será também a oportunidade de apresentar seu balanço e suas propostas.

Mas as eleições de 2018 são uma batalha, não são toda a "guerra". Para vencê-

-la, será preciso muito mais do que ações de natureza eleitoral, é necessário acumular forças no terreno social, cultural e organizativo e apresentar um programa de governo e uma estratégia para 2019-2022 superiores àquilo que fizemos entre 2003 e o impeachment.

Devemos superar a política de conciliação de classes; a convivência com os oligopólios, especialmente o financeiro e o agroexportador; a tolerância frente à indústria da comunicação, da educação e da cultura; as ilusões republicanas acerca das instituições de Estado, a começar pelo judiciário, forças armadas, ministério público e polícia federal; o discurso sobre o "país de classe média"; as vacilações no enfrentamento da meritocracia, do consumismo, do ataque às minorias; a ausência de debate ideológico. Mais do que nunca devemos lembrar que, para transformar, é preciso realizar rupturas com as estruturas de poder e propriedade.

As eleições de 2018 são diferentes das que ocorreram entre 1989 e 2002. Além da possibilidade de derrota eleitoral, é preciso levar em conta que tentarão impedir que disputemos, vençamos, tomemos posse e governemos. Por tudo isto, nossa tática em geral e nossa tática eleitoral em particular, bem como nossa política de alianças, devem estar totalmente subordinadas à nossa estratégia, que tem como aspecto central reconquistar a confiança da maioria da classe trabalhadora brasileira, não apenas no PT, mas no conjunto das organizações da classe. Em suma: nosso Partido deve ser capaz de obter vitórias táticas, mas ao mesmo tempo deve construir vitórias estratégicas.

A retificação de nosso Partido

O desafio destes 37 anos de PT foi o de construir um partido de esquerda, socialista, democrático, de massas, enraizado na classe trabalhadora, com vocação de governo e de poder.

Obtivemos importantes êxitos desde 1980. Vencer quatro eleições presidenciais seguidas não foi um acidente, foi produto de um acúmulo de forças importante, construído não apenas pelo PT, mas pelo conjunto da classe trabalhadora. Também por isto, não aceitamos a postura daqueles que subestimam e minimizam aquilo que foi conquistado desde 2003 em favor da classe trabalhadora.

Mas a quase derrota nas presidenciais de 2014, o impeachment de 2016, o massacre que sofremos nas eleições municipais de 2016, o caráter estruturalmente limitado de nossas políticas de governo e, principalmente, a perda de apoio na classe trabalhadora, revelam nossas limitações e erros – que não são apenas do PT, mas de um conjunto de organizações da classe trabalhadora e da esquerda brasileira, que também estão chamadas a rever sua estratégia e sua conduta organizativa.

O principal destes erros foi, como já dissemos, a conciliação de classes, a crença de que seria possível melhorar a vida do povo sem impor profundas derrotas à classe dominante. Em decorrência, ocorreu uma adaptação do PT às instituições que deveríamos transformar, bem como uma acomodação a certos hábitos da direita. Ao contrário de antecipar, nas suas práticas e valores, as características do futuro que queremos construir, parcelas crescentes do PT foram se adaptando às tradições do passado e do presente. Uma conduta que devemos reverter, um erro que não podemos repetir.

O PT e a luta contra a "conciliação"

As classes dominantes brasileiras sempre foram excludentes e violentas no trato com as demais. Mas no relacionamento entre as diversas frações da classe dominante, geralmente predominou a conciliação e o pacto das elites.

Quando o PT chegou ao governo nacional, em 2003, a orientação predominante no Partido era caracterizada pela moderação programática e política, bem como por uma aliança com setores capitalistas, sendo importante lembrar que tal aliança incorporou inclusive o capital financeiro, transnacional e agropecuário.

Por certo período, grande parte do PT apoiou esta aliança, movido pela crença de que seria possível transformar estruturalmente o Brasil sem enfrentar e sem impor derrotas estratégicas à classe dominante e ao capitalismo, e movido pela convicção de que seria impossível manter o governo sem fazer alianças e concessões à classe dominante. Além disso, acreditava-se que ao ser moderado, o PT estimularia a moderação da classe dominante, na ilusão de que seria possível humanizar o capitalismo e domesticar os capitalistas.

Durante algum tempo, esta aliança não impediu e em certa medida até contribuiu para alguns avanços econômicos e sociais. Mas sempre se tratou de uma aliança unilateral. Em nenhum momento a classe dominante e seus representantes deixaram de atacar nosso governo e a esquerda, sabotando nossas políticas e preparando o contra-ataque, que teve início a partir do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Diante da tentativa de reduzir a taxa de juros e da lei da partilha do pré-sal, setores fundamentais da classe dominante decidiram dar um basta à experiência governamental petista. E quando isto aconteceu, a estratégia da conciliação mostrou todos os seus limites: não apenas foi tímida em realizar mudanças, como foi incapaz de nos preparar para o momento da contraofensiva reacionária. Apesar disto, alguns setores do nosso Partido e da esquerda se mantiveram prisioneiros da velha estratégia. Exemplos disto são a política de subsídios e isenções realizadas pelo governo Dilma, a postura frente à Operação Lava Jato, o debate sobre a Lei anti-terrorismo, a continuidade da publicidade na mídia golpista, a tática de campanha e as alianças com partidos golpistas nas eleições municipais de 2016, a postura de parte das bancadas do PT na eleição das mesas diretoras da Câmara dos Deputados, do Senado e de várias assembleias legislativas e câmaras municipais em todo o Brasil.

Um dos temas onde fica claro o tama-

nho do dano causado ao PT, pela conciliação e pela adaptação, é a maneira como o Partido enfrentou o tema da corrupção, tanto na sua ação governamental e parlamentar, quanto no seu funcionamento interno.

O PT na luta contra a corrupção

Há vários anos o Partido dos Trabalhadores vemsendo atacado duramente, acusado de ser uma "organização criminosa", cujas lideranças, integrantes e apoiadores deveriam ser perseguidos e execrados publicamente, julgados e condenados. Para alguns, o próprio PT deveria ser proibido de existir. A cobertura televisiva do julgamento do chamado "mensalão" e dos atos contra o governo da presidenta Dilma Rousseff, a overdose da Operação Lava-Jato e o linchamento midiáticodiário do presidente Lula têm este propósito.

Frente a esta operação, que nunca foi clandestina nem sutil, nosso Partido adotou uma política geralmente confusa, defensiva e essencialmente incorreta, como é demonstrado pelo desgaste que sofremos junto à grande parte de nossa própria base social e eleitoral. O tema da corrupção tornou-se parte importante dos motivos que fizeram o PT e suas lideranças perderem parte significativa do apoio que tinham.

Parte importante de nossa militância, mesmo recusando os ataques feitos pela direita, considera que o PT cometeu erros gravíssimos, que precisam ser reconhecidos, diagnosticados e tratados. Alguns desses erros seriam de responsabilidade também coletiva, entre os quais o de termos "baixado a guarda" contra as armadilhas de um sistema político-eleitoral que desde sempre serviu às classes dominantes. Outros erros seriam individuais, de maior ou menor gravidade, devendo ser assumidos como de exclusiva responsabilidade pessoal.

Já nos anos 1980 o PT denunciava o financiamento empresarial das campanhas eleitorais e dos próprios partidos como algo antidemocrático e corrupto. E por muitos anos nosso Partido foi conhecido por enfatizar políticas que visavam eliminar a influência do poder econômico sobre as liberdades democráticas.

Nos anos 1990, o PT passou a enfatizar em suas resoluções o tema da "ética na política". Mas ao mesmo tempo, paradoxalmente, foi também nos anos 1990 que o PT relaxou nos seus mecanismos de autofinanciamento, passando a depender cada vez mais do financiamento público e do financiamento empresarial, num processo de adaptação que afetou o conjunto do PT, mesmo que tenha sido mais pronunciado em alguns setores do que em outros.

Alguns acreditavam que era possível manter-se imune àquela engrenagem corrupta e corruptora do financiamento empresarial privado; e/ou que poderiam utilizá-la a serviço de outros propósitos, que não os da manutenção dos interesses do grande capital financiador; e/ou que não haveria outra alternativa, sob pena de perdermos as eleições para os que dispunham do financiamento empresarial; e/ou que bastaria seguir a lei, como se o problema estivesse no "caixa 2" e não no financiamento privado empresarial em si.

Em 2005, quando a direita fez no chamado mensalão o "ensaio geral" da Operação Lava Jato, nosso o Partido cometeu quatro erros fundamentais: 1) manteve e aprofundou a dependência frente ao financiamento privado empresarial; 2) não converteu a luta pela reforma política em aspecto central da nossa linha política; 3) deixou a investigação e o julgamento totalmente nas mãos da polícia, do ministério público e do judiciário, não formando uma opinião própria, do Partido, acerca dos fatos e dos casos sob julgamento; 4) não criou uma corregedoria interna, que tivesse como tarefa agir preventivamente frente a casos de corrupção.

O fato de termos sobrevivido à crise de 2005 e vencido as eleições de 2006, 2010 e 2014 fortaleceu em amplos setores do Partido a impressão de que não era necessário adotar medidas que tornassem o financiamento da atividade partidária algo independente tanto do empresariado, quanto do fundo público.

Apesar das autocríticas parciais feitas posteriormente, inclusive em resoluções congressuais, o fato é que o Partido aprofundou a dependência frente às contribuições empresariais privadas, sem nem ao menos adotar mecanismos de autodefesa, crendo piamente na imparcialidade das "instituições republicanas" e parecendo acreditar que a legalidade formal dofinanciamento empresarial nos deixaria livres de qualquer suspeita de corrupção.

Além disso, mesmo estando a frente do Governo Federal, pouco ou nada fizemos para democratizar o judiciário. Não aumentamos o controle social sobre o poder mais obscuro da República. Pelo contrário, legitimamos sua autonomia, assim como do ministério público e da polícia federal.

Aliás, muitos setores do PT e do governo viam a Operação Lava-Jato como cheia de nobres intenções republicanas. Diante das provas crescentes do contrário, no máximo admitiam que a Operação poderia estar sendo "manipulada" para incriminar petistas e levar Dilma à derrota. Não percebiam e não denunciavam que a essência da Operação Lava Jato era a destruição do PT, a derrubada do governo e a interdição de Lula.

Os fatos, entretanto, demonstraram que a Operação Lava-Jato é, desde sua gênese, uma ação de cerco e aniquilamento combinada – não necessariamente pactuada previamente – entre a mídia, setores do ministério público, da polícia federal e da justiça federal. Diante da impossibilidade de um golpe de velho tipo, mas temendo nova derrota em 2018, a tática implementada foi a do golpe de novo tipo: estimular a mobilização de massas, tendo a "luta contra a corrupção" como a principal bandeira a mobilizar principalmente os setores médios e neutralizar os setores populares.

O golpe do impeachment foi perpetrado por uma quadrilha de corruptos. Quanto mais aparecem novos casos de corrupção e o envolvimento de políticos de direita, quanto mais fica evidente o cará-

A ESPERANÇA É VERMELHA
Brasil Urgente, Lula presidente!

ter sistêmico da corrupção e que o processo vem dos anos 1990, quanto mais ficam claros os vínculos com a privataria tucana, mais histérico é o empenho da mídia e dos setores repressivos do Estado para acusar seletivamente o PT e tentar impedir a candidatura presidencial de Lula.

O Partido dos Trabalhadores questiona a legalidade e a legitimidade dos processos desenvolvidos pela Operação Lava Jato e outros semelhantes. Nosso questionamento não implica em absolver criminosos comprovados. Aliás, é exatamente o contrário: em nome de tentar culpar o PT, criminosos confessos já estão sendo beneficiados pela Operação Lava Jato.

A direita é hipócrita, aplicando dois pesos e duas medidas: o "mensalão" do PT foi julgado, o "mensalão" tucano não foi; a corrupção na Petrobrás é escândalo midiático, a corrupção que envolve o Metrô e as ferrovias de São Paulo é nota de rodapé; a contribuição de empreiteiras para o PSDB é tida como legal, a contribuição das mesmas empreiteiras para o PT é criminalizada.

O PT não é hipócrita. Reconhecemos que foi um erro adotar, mesmo que em menor escala, mesmo que para eleger governos e parlamentares populares, métodos de financiamento eleitoral similares aos da direita. Além disso, reconhecemos que o uso do cachimbo faz a boca torta: ao usar alguns dos métodos da classe dominante, facilitamos desvios no comportamento do Partido -- inclusive nos processos eleitorais internos ao partido -- que agora precisam ser corrigidos. Damos como exemplo de um passo nesse sentido a decisão de não receber mais recursos empresariais, adotada antes mesmo que houvesse decisão oficial do Judiciário a respeito.

Entretanto, isto não basta. O 6º Congresso do Partido adota, também, as seguintes medidas:

a) iniciar a reconstrução dos mecanismos de autofinanciamento do Partido pelas suas bases militantes, sociais e eleitorais, tornando novamente obrigatória a contribuição financeira por parte de todos os nossos filiados e filiadas;

b) retomada das propostas e das práticas de luta contra os privilégios, exigindo dos militantes que ocupam postos de direção em governos, parlamentos, movimentos sociais e no Partido que sejam os primeiros a dar o exemplo;

c) combinar a defesa dos acordos de leniência que preservam as empresas e os empregos, com a defesa do cumprimento da lei no julgamento dos proprietários e altos funcionários das grandes empresas que estão na base da economia política da corrupção;

d) questionar a legalidade e a legitimidade dos processos desenvolvidos pela Operação Lava Jato e outros semelhantes, mas sem nenhuma tolerância com criminosos confessos.

e) avaliar segundo critérios do Partido a situação dos filiados que foram acusados e/ou condenados sob acusação de corrupção.

Em 2005, a maioria do Diretório Nacional preferiu não acionar a comissão de ética para as pessoas acusadas. Alguns dos argumentos utilizados foram que isto seria pré-julgamento; que as pessoas poderiam ser forçadas a criar provas contra si mesmas; que deveríamos aguardar os procedimentos do judiciário. Muitas pessoas pareciam acreditar que haveria julgamento justo; que o caixa dois não seria tratado ilegalmente como lavagem de dinheiro;

que as contribuições legais, quando feitas ao PT, não seriam consideradas corrupção disfarçada. Na prática, o PT abriu mão de formar um juízo próprio, partidário, sobre o conjunto da obra e sobre cada um dos acusados. O terreno ficou livre para que a polícia, o judiciário e o PIG atuassem. Sabemos qual foi o resultado disto: ao não separarmos o joio do trigo, ao não distinguirmos os erros individuais dos coletivos, facilitamos as manobras e mentiras da Operação Lava Jato.

O 6º Congresso deve, portanto, autorizar o novo Diretório Nacional a constituir uma comissão, composta por personalidades democráticas, progressistas e de esquerda do Brasil e de todo o mundo, para analisar todos os casos de filiados petistas acusados pela Operação Lava Jato e conexas. O relatório final desta comissão deve ser submetido ao Partido e posteriormente difundido publicamente, cumprindo assim as funções de um "tribunal de honra" que permitirá um desagravo àqueles militantes que foram injustamente acusados e/ou condenados.

O sexto congresso deve, também, constituir uma Corregedoria interna permanente. Como qualquer partido, o PT está sujeito a ter nas suas fileiras pessoas que cedem à corrupção. Mas, diferente de certos partidos, o PT se antecipará em identificar e punir quem o faça. Entre outros motivos, porque a corrupção é antagônica ao nosso projeto de sociedade.

É preciso mudar o PT

Ao longo das últimas décadas, o PT cresceu e mudou diversas vezes. Algumas destas mudanças revelaram-se prejudiciais, dificultando a continuidade de nosso crescimento, prejudicando a defesa de nossas conquistas, nos afastando de nossas bases sociais e de nossos objetivos de longo prazo.

É preciso mudar o PT, reconectando nosso funcionamento interno e nossa ação externa com nossa classe e com nossos objetivos históricos, possibilitando uma defesa eficaz de nosso legado e de nossa existência, permitindo que voltemos a crescer.

Uma destas mudanças implica em libertar o Partido do eleitoralismo, tanto da lógica que hipertrofia a dimensão eleitoral frente às outras dimensões da ação partidária; quanto dos interesses particulares de quem tenta fazer do Partido uma escada para "carreiras" e "projetos" individuais ou de grupos, prática que inclui fortalecer as bancadas e mandatos em detrimento das instâncias dirigentes; indicar assessores parlamentares para preencher vagas em diretórios e executivas, não com o objetivo de dirigir o Partido, mas sim de representar os interesses deste ou daquele mandato; perpetuar hábitos tradicionais na relação entre partido, parlamentares e governos; naturalizar o recurso a "cabos eleitorais"; converter a estrutura partidária em um cartório sem vida democrática real, afastando a militância, atraindo oportunistas e reproduzindo internamente os mecanismos de dominação a partir do poder econômico. A experiência dos últimos anos confirmou algo que nosso Partido dizia já nos anos 1980: para os trabalhadores, os parlamentos não são nem devem ser espaço privilegiado.

Precisamos mudar o Partido, um partido dos trabalhadores e das trabalhadoras, baseado numa militância que discuta, decida e se engaje nas lutas das fábricas, dos bairros, dos campos e das escolas; um partido dirigido pelas suas bases e direções, não por gabinetes executivos e legislativos. Um partido cujos parlamentares sejam antes de mais nada tribunos populares, comprometidos com a defesa dos interesses dos trabalhadores, combatentes contra os privilégios e contra qualquer forma de oligarquização da política. Para isto, entre outras medidas que são necessárias, apontamos as que seguem.

O Partido dos Trabalhadores reafirma seu caráter de classe e de massas. Mas para sermos efetivamente o partido da classe trabalhadora, é fundamental manter uma relação permanente e orgânica com a juventude trabalhadora, as mulheres trabalhadoras, os negros e as negras trabalhadoras, com todos os setores populares. Ser um partido integrado à vida cotidiana da classe trabalhadora supõe que todos os nossos filiados e filiadas integrem núcleos por local de trabalho, estudo e moradia. Neste mesmo sentido, o PT formará uma juventude de massas autônoma.

O Partido dos Trabalhadores reafirma seu caráter revolucionário, democrático-popular, socialista e internacionalista, de combate contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia e toda e qualquer forma de preconceito, opressão e exploração. Para isto, devemos adotar medidas práticas que permitam aprofundar nossa formação política e ideológica, retomando o fio da elaboração petista dos anos 1980, que buscava superar determinadas tradições e influências da sociedade brasileira, de tiponeoliberal e liberal, socialdemocrata e desenvolvimentista, keynesiana e nacionalista. A Fundação Perseu Abramo e nossa Escola de Formação devem ser reorganizadas nesta perspectiva: formular e difundir o petismo.

O Partido dos Trabalhadores reafirma ser, ao mesmo tempo, organização e movimento: um partido político organizado e um movimento de rebeldia político-cultural. Não se disputa o poder sem construir uma cultura distinta daquela do poder. Para isto, são necessários instrumentos e práticas permanentes de comunicação de massa, educação e cultura. A começar por sedes partidárias que sejam, também, verdadeiros pontos de cultura. E uma ação cotidiana voltada à politização da população: esta tarefa cabe aos movimentos sociais, aos sindicatos, as organizações comprometidas com a educação popular de base, mas também cabe ao Partido, especialmente aos seus núcleos, setoriais e diretórios municipais. Contribuirá nesta perspectiva a criação de uma rede de comunicação própria – integrando revista, jornal, rádio, TV, portal e agência de notícias, articulando-se com outras iniciativas do campo democrático-popular. Converterá suas sedes em "casas do povo". E organizará festivais culturais anuais, de caráter municipal, estadual e nacional.

O Partido dos Trabalhadores reafirma

A ESPERANÇA É VERMELHA
Brasil Urgente, Lula presidente!

Ato do dia 31 de março do "esquenta" rumo a greve geral. Foto: Paulo Pinto

seu caráter laico, ao tempo que acolhe militantes engajados numa tradição ecumênica e de diálogo inter-religioso. A contraofensiva reacionária manipula de maneira grotesca a religiosidade popular, colocando em questão o Estado laico e estimulando o fundamentalismo. Neste sentido, o PT desenvolverá, de maneira permanente, um diálogo com as bases populares que hoje estão sob influência do neopentecostalismo e da teologia da prosperidade.

O Partido dos Trabalhadores reafirma seu compromisso com uma vida interna democrática. Neste sentido, mantém a paridade, as cotas de juventude e étnica, a proporcionalidade na composição das direções, o direito de tendências. Mas organizar-se em tendências deve ser um direito, não uma obrigação. Para isto, as instâncias partidárias devem ter vida permanente, a comunicação interna e a formação política devem ser acessíveis ao conjunto dos filiados, as finanças partidárias devem estar sob controle coletivo e o processo de eleição das direções – que deve ser integralmente congressual, em reuniões presenciais -- deve ter regras que facilitem a eleição de militantes que não fazem parte de tendências.

O Partido dos Trabalhadores reafirma sua disposição de construir, com o conjunto da esquerda política e social, todo tipo de unidade na luta. O PT continua a ser o maior partido da esquerda, mas os erros que cometemos fazem com que amplos setores da militância democrática, popular e socialista nos olhem com desconfiança, dúvida e inclusive rejeição, o que exige a correção de rumos e a demonstração prática de que aprendemos com nossos erros e sabemos fazer diferente. Neste sentido, o PT reafirma seu engajamento na construção da Frente Brasil Popular.

Nosso partido tem um grande passado, de que nos orgulhamos. Mas não queremos ser um partido que tem um grande passado pela frente. Queremos continuar contribuindo para que a classe trabalhadora e as maiorias populares do Brasil, da América Latina e Caribe, de todo o mundo possam viver em paz, democracia e bem-estar. É para que isso que criamos e continuaremos a construir o Partido dos Trabalhadores: lutar contra o capitalismo e pelo socialismo. ★

Brasil, junho de 2017, ano do centésimo aniversário da Revolução de Outubro.

Assinam a tese, para fins de registro formal: **Bruno Elias, Jandyra Uehara, Adriano Oliveira, Rosana Ramos, Júlio Quadros, Iriny Lopes e Valter Pomar.**

Chapas estaduais

Saiba as chapas que estão concorrendo aos diretórios do PT no seu estado

★ ACRE

UNIDADE DOS TRABALHADORES

★ ALAGOAS

UNIDADE PELA RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO
MUDA PT
PARTIDO MILITANTE E DE LUTA

★ AMAZONAS

PARTIDO É PARA TODOS
UNIDADE PELA RECOSTRUÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
MENSAGEM AO PARTIDO:MUDA P T
MUDA PARTIDO
COMPROMISSO COM O AMAZONAS - AVANÇA CNB
AVANÇA AMAZONAS

★ AMAPÁ

RECONSTRUÇÃO
OUSADIA SOCIALISTA
UM NOVO RUMO
COMPANHEIRISMO

★ BAHIA

O PARTIDO QUE MUDOU A BAHIA
UNIDADE PELA RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA
OPTEI
MUDA PARTIDO DOS TRABALHADORES

★ CEARÁ

MUDANÇA COM DEMOCRACIA E UNIDADE PARA O SOCIALISMO
MUDAR É PRECISO
UNIDADE PARA RECONSTRUÇÃO SOCIALISTA
PARTIDO DA MUDANÇA
PARTIDO QUE MUDA O BRASIL E O CEARA

★ DISTRITO FEDERAL

CHAPA MILITANTE, DE LUTA E CONTRA O GOLPE
UNIDADE PELA RECONSTRUCAO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
A ESPERANÇA É VERMELHA
BLOCO POPULAR E DE BASE
MAS AVANTE
MUDAR PARA REENCANTAR
RECONSTRUINDO A ESPERANÇA
REVOLUCAO MILITANTE
RESGATE DA BASE
SMP - SOCIALISTA DO MOVIMENTO
ARTICULAÇÃO E PARTIDO DE LUTAS

★ ESPÍRITO SANTO

MILITANTES PELA RECONSTRUÇÃO
PRA VOLTAR A SONHAR
UMA ALTERNATIVA PARA O ESPIRITO SANTO
CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL - CNB-ES

★ GOIÁS

PELA RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO
UNIDOS PARA AVANÇAR O PARTIDO EM GOIÁS

★ MARANHÃO

LULA PRESIDENTE
É MUDANÇA LOBATO PRESIDENTE
PIRACEMA MUDANÇA JÁ
ZÉ INÁCIO CNB-POR UM MARANHÃO MAIS JUSTO PARA TODOS E PARA LULA
CNB NA LUTA LULA 2018-FRANCIMAR PRESIDENTE

★ MINAS GERAIS

FRENTE PETISTA MINAS CONTRA O GOLPE
DEFENDER E RECONSTRUIR O PARTIDO
DEMOCRACIA E UNIDADE POPULAR
MUDA PRA VALER

★ MATO GROSSO DO SUL

DEMOCRATIZAR PARA RECONSTRUIR
A ESPERANÇA É VERMELHA
ESQUERDA VIVA
MOVIMENTO POPULAR SOCIALISTA - MPS
CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL COM LULA 2018
PT DA BASE

★ MATO GROSSO

DIALOGO E AÇÃO PETISTA E MILITANTES PELA RECONSTRUÇÃO DO PT
EM DEFESA DO PT, DE LULA, DE MATO GROSSO E DO BRASIL -

★ PARÁ

PRA VOLTAR A GOVERNAR O PARÁ E O BRASIL
ESQUERDA PETISTA

★ PARAÍBA

MUDA PARTIDO
MOVIMENTO E REAFIRMAÇÃO PETISTA
ORGANIZAR, MOBILIZAR, LUTAR
PROTAGONISMO PETISTA
CNB - COLETIVO CELSO FURTADO
COMEÇAR DE NOVO
PARTIDO EM MOVIMENTO

★ PERNAMBUCO

UNIR PARA FORTALECER LUTAR E VENCER

★ PIAUÍ

UNIDOS PELO PIAUI
MUDAR É PRECISO

★ PARANÁ

RECONSTRUÇÃO SOCIALISTA
POR UM PARTIDO DE TODOS
MUDAR O PARTIDO - PARANÁ
CONSTRUINDO NOVO BRASIL - RENOVAR E AVANÇAR
SEMPRE NA LUTA

★ RIO DE JANEIRO

SOCIALISMO E LUTA
QUAQUÁ PRESIDENTE
LINDBERGH PRESIDENTE NACIONAL
UNIDADE PELA RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO
MUDA PARTIDO
UNIÃO DE BASE
O INTERIOR E AS BASES QUAQUÁ PRES E LULA 2018
A CHAMA NÃO SE APAGOU
OPÇÃO SOCIALISTA
PARTIDO PELA BASE
UNIDADE E AÇÃO
ARTICULAÇÃO UNIDADE NA LUTA
RUMO CERTO

★ RIO GRANDE DO NORTE

MUDA PARTIDO DO RN
AVANTE MILITÂNCIA SOCIALISTA
A ESPERANÇA VERMELHA
ELIZIEL BARBOSA

★ RONDÔNIA

CONTINUANDO EM FRENTE
JUNTOS PARA CONSTRUIR

★ RORAIMA

MUDA PARTIDO À ESQUERDA
UNIDADE E FORTALECIMENTO

★ RIO GRANDE DO SUL

A ESPERANÇA É VERMELHA - MUDA P T
RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA - MUDA P T
UNIDADE PELA RECONSTRUÇÃO DO P T
MOVIMENTO O PETISMO É MAIOR
POR UMA ESQUERDA DEMOCRÁTICA E SOCIALISTA - MUDA P T
AVANTE - MUDA P T
EM DEFESA DO PT, DO LULA E DA DEMOCRACIA

★ SANTA CATARINA

PARTIDO QUE CONSTRÓI MUDANÇAS
FORTALECER O PARTIDO
UMA MENSAGEM AO PARTIDO
UNIDADE PELA RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
JUNTOS À ESQUERDA
OPTEI PELAS ORIGENS
FRENTE AMPLA - UNIDADE PARTIDARIA

★ SERGIPE

VARIAS FORÇAS, UMA SÓ LUTA
A ESPERANCA E VERMELHA

★ SÃO PAULO

PRIMEIRAMENTE FORA TEMER
UNIDADE PELA RECONSTRUÇÃO DO PT
A ESPERANÇA É VERMELHA EM SP
OPTEI POR UM PARTIDO ORGANIZADO PELA BASE
MUDAR O PARTIDO - OPOSIÇÃO PRA VALER!
CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL - SÃO PAULO
RENOVAR O PT PARA TRANSFORMAR O BRASIL

★ TOCANTINS

PARTIDO UNIDO E FORTE
POR UM PARTIDO SOCIALISTA E DE LUTA